



MUNICÍPIO DE ARGANIL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta n.º 05

Sessão Ordinária
da
Assembleia Municipal
realizada
em
03 de Dezembro de 2022



Assembleia Municipal

ACTA N.º 5

-----Aos três dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, no Salão Nobre dos Paços do Concelho reuniu, pelas dez horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência de António Gonçalves Cardoso, sendo secretariado pelos Senhores Deputados Érica Geraldês Castanheira e Luis da Silva Moreira Gomes, na qualidade de 1º e 2º secretários, respectivamente.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Segundo Secretário**, senhor deputado Luis Gomes, que procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos:-----

-----**Deputados Municipais eleitos:**-----

-----António Gonçalves Cardoso, Fernando José Ribeiro Cavaleiro da Maia Vale, Érica Geraldês Castanheira, Sara Rita Rodrigues Pedroso, José Miguel Morais da Costa Nunes, em substituição de Tyoga Macdonald, Luis da Silva Moreira Gomes, Christophe Rodrigues Coimbra, Bruno Carlos Soares Ferreira, em substituição de Miguel Dias, Maria José Neves Fernandes Silva, Raul Agostinho Simões Martins, Rodrigo Fernando Gouveia Oliveira, Ivone Inês de Almeida Sousa Borges, Helena Cristina da Gama Dias, Áurea Alexandra Dória Vila Nova, em substituição de Vítor Almeida, Dora Sofia Lopes Lemos, José Miguel Nunes Duarte Marques, Mário Jorge Sousa Henriques, Rita Sofia Gaspar Marques, em substituição de Margarida Figueiredo, Ricardo Manuel Amaral Pereira, José da Conceição Luis, em substituição de Luis Fontinha e Bruno Alexandre Afonso Costa.-----

-----**Deputados Municipais com Assento:**-----

-----Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, Pedro Alexandre Pinto Alves; Presidente da Junta de Freguesia da Benfeita, José Gonçalves Costa Pinheiro; Secretária da Junta de Freguesia de Celavisa, Maria do Rosário Gomes Oliveira; Presidente da Junta de Freguesia de Piódão, José da Conceição Lopes; Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, Amândio Fernandes Dinis; Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Vítor Manuel Rodrigues Pedroso; Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, António José Ventura Dias; Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo, Idílio Jorge Araújo Correia; Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, José António Gomes Costa; Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Adelino Antunes de Almeida; Presidente da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, João Manuel Marques Tavares; Presidente da Junta de Freguesia de Folques, Manuel Alberto Saraiva Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia das Secarias, António Souto de Carvalho e Secretário da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, João Manuel Borges Gonçalves.-----



Assembleia Municipal

-----Também participaram o Senhor Presidente da Câmara, Luís Paulo Costa, bem como a restante Vereação, respectivamente Paula Dinis, Luís Almeida, Elisabete Oliveira, Filipe Frias, Paulo Teles Marques e Miguel Pinheiro.-----

-----Teve a palavra o **Primeiro Secretário**, senhora deputada Érica Castanheira, para referir que “recebemos, da ANAM, divulgação de sessão sobre O Novo Regime de Criação de Freguesias: um debate em torno dos seus méritos e das mudanças necessárias, a decorrer em 13/09/2022; da ANAM, divulgação de sessão de Webinar, em 26/09/2022, sobre Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas; da ANAM, divulgação de Conferência subordinada ao tema “Gestão de Risco na Governação Pública Local e os Desafios da Auditoria”, em 14/10/2022; da Associação de Moradores de Casal de S. João, convite para as comemorações do seu 47º aniversário e 36º aniversário do Rancho Folclórico “As Flores”, em 22/10/2022; da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Côja e Comando, convite para as festividades em honra de S. Miguel, em 16/10/2022; da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, convite para Ceia Medieval a realizar em 22/10/2022; da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, convite para sessão solene de abertura da XXXIV Feira Franca de S. Martinho da Cortiça, em 12/11/2022; do senhor deputado municipal Horácio Lisboa Afonso, comunicação de renúncia ao mandato desta Assembleia Municipal; da Casa da Comarca de Arganil, convite para almoço comemorativo do 93º aniversário, em 08/12/2022; da CPCJ de Arganil, informação de fim de mandato de um elemento e pedido de designação de um novo cidadão eleitor, na Assembleia Municipal; da Associação Filarmónica de Arganil, convite para jantar de encerramento de actividades, em 03/12/2022; do Centro Social e Paroquial do Sarzedo, convite para Festa de Natal, em 09/12/2022; da Junta de Freguesia de Folques, convite para abertura do evento Natal no Mosteiro, no próximo dia 10/12/2022.”-----

-----O Primeiro Secretário da Mesa deu ainda conhecimento do pedido de justificação das faltas dos senhores deputados Tyoga Macdonald, Margarida Figueiredo, Miguel Dias, Luis Miguel Fontinha, Vitor Almeida e Presidente da Junta da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz.-----

PERIODO DESTINADO AO PÚBLICO

-----Teve a palavra o Senhor **Guilherme Correia, de Côja** para “introduzir um tema que, para mim, enquanto jovem, me preocupa muito, relativamente ao futuro do nosso concelho e acho que merece a preocupação de todos nós e de todos os decisores políticos do município de Arganil; refiro-me ao Inverno Demográfico a que assistimos. Na semana passada tivemos oportunidade de consultar, pela primeira vez, aqueles que são os primeiros dados efectivos dos Censos do ano passado,



Assembleia Municipal

2021, e constatámos que a tendência que já se vinha a verificar desde há muitas décadas atrás se acentuou; desde 2011 perdemos mais 8,1% da nossa população enquanto município e só houve uma freguesia no nosso concelho, a Benfeita, que ganhou população, o que mostra que efectivamente, é um problema generalizado a todas as freguesias do nosso concelho e por isso merece a nossa atenção. Eu, enquanto jovem, e falarei um pouco do meu percurso pessoal, estou neste momento a acabar o 12º ano e, se tudo correr como espero, vou começar a minha licenciatura no próximo ano, em Licenciatura Política, no ISCTE e por isso irei para Lisboa; eventualmente tirarei um mestrado e um doutoramento. Aquilo que acontece é que eu, enquanto jovem, e depois fazendo também um paralelismo com outros dados, que são o facto de nós sermos o segundo concelho da CIM da Região de Coimbra, com o salário médio mais baixo, apenas mais elevado que o da Pampilhosa da Serra, e isso faz com que eu, enquanto jovem, não tenha perspectivas de me realizar pessoal ou profissionalmente no nosso concelho, dado que não terei uma oferta em termos de emprego com um salário compatível às qualificações que eu terei, pois na altura serei um jovem extremamente qualificado e por isso eu gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se teria alguma coisa a dizer-me enquanto jovem, dada a situação na qual me encontro, de que não terei perspectivas de futuro no concelho onde cresci, com muita pena minha e gostaria de perguntar quais são as medidas que o executivo está a tomar, relativamente a esta questão da população.”--

-----Teve a palavra o **Senhor Pedro Mendes, de Arganil**, para falar de um muro na Rua da Congregação das Filhas de S. José, na vila de Arganil; há uns tempos expusemos a situação à Câmara, por email, com fotos anexas, e é com alguma preocupação que nós olhamos para a intervenção que foi feita e que deixou um muro que não fez ligação a um outro muro de suporte que já lá estava e em situação de Inverno, com chuva intensa, naquele sítio existem sempre derrocadas de terra e nós questionamos o porquê dessa ligação não ter sido feita. Um dos muros, inclusive, não foi rematado e ficaram lá entulhos da obra que, com a água, já estão a chegar à estrada; tem um tubo de escoamento que bate nesse morro que todos os anos cai, e já está novamente a começar de cair. Temos no ponto mais baixo da estrada um muro com 3 metros de altura com uma grade lá em cima, os projectistas devem saber porquê, mas no ponto mais alto da estrada, temos somente uma grade que, a nível de segurança, não é o mesmo que um muro com uma grade, como está no ponto mais baixo da estrada.”-----

-----Teve ainda a palavra a **D. Natália Moreira** para referir que “a nossa preocupação, como dizia o Pedro, prende-se pelo facto de não ter havido uma continuidade do muro, uma ligação com o que existia. Entretanto a situação de um Inverno mais chuvoso deixa-nos bastante preocupados porque como já foi visto algumas vezes, ali há bastante água, as terras não são sustentadas, o impacto visual não é muito bom de se ver; quanto à estrada, nós estávamos ali com uma



Assembleia Municipal

expectativa de ver uma qualificação melhor do que a que existia e em termos de mobilidade, do nosso ponto de vista, está pior, porque dois carros, na subida, não cabem, não passam um pelo outro; agora a estrada está partida, os passeios estão partidos, e nós estamos bastante preocupados com a segurança de quem ali reside e também de quem ali passa. É neste sentido que pedimos alguma informação da parte do executivo, para sabermos em que ponto está esta situação, porque até esta data ainda não vimos nenhuma movimentação das entidades competentes, a fim de minimizar a situação e gostaríamos de saber o que é que está a ser feito.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para referir que “relativamente à primeira intervenção, infelizmente a questão do Inverno demográfico não é um problema de Arganil; o nosso país tem 308 municípios, em 240 houve um decréscimo assinalável da população; é um problema nacional, é bom que todos tenhamos noção disso, não é um problema nem do deserto de Arganil, nem do oásis de Arganil, é um problema nacional e já falámos deste tema aqui várias vezes, com projecções muito preocupantes já para 2050, relativamente àquilo que pode ser a realidade do país; é bom termos o enquadramento geral quando pretendemos abordar assuntos tão sérios como é a questão da demografia, pois a demografia é daquelas ciências que é mais ou menos rigorosa, é muito previsível saber-se o que vai acontecer daqui a 10 anos e qual será a situação daqui a 20; isso é relativamente previsível. Volto a sublinhar que é um problema que também nos suscita muita preocupação, mas é um problema, antes de mais, do país, e que trará consequências relativamente àquilo que será a sustentabilidade de um sistema como aquele que conhecemos, nomeadamente naquilo que tem a ver com pensões de reforma e apoios do Estado, naquilo que são as populações com maiores dificuldades. Ainda assim, queria dizer que aquilo que tem sido a nossa estratégia, em termos de desenvolvimento económico, com vista a potenciar a atração de empresas, de empreendedores, de recursos humanos também, está alinhada com aquilo que é a sua preocupação, ou seja, nós temos uma perspectiva muito clara de que o futuro do concelho será determinado pela capacidade de atrair empresas, não de mão-de-obra intensiva, porque objectivamente esse sector está com pleno emprego, e neste momento o que verificamos é que as empresas não estão sequer a conseguir contratar aquilo que são as suas necessidades, mas refiro-me àquilo que tem a ver com quadros médios e superiores, que tem sido a principal sangria de todas as regiões ou de todos os concelhos do Interior do nosso país, que é ver sair os jovens e não os ver regressar. É nesse alinhamento que estamos a trabalhar, ao nível do desenvolvimento económico, com esse grande foco de atrairmos investimento e de, por essa via, fixarmos empresas e atrairmos também recursos para o nosso concelho. Espero que quando terminar a sua formação, que o concelho esteja em condições de o poder acolher, com a remuneração que todas as pessoas com qualificação têm como expectativa. Sabemos que aqui na região até temos algumas situações de grande procura de técnicos superiores com remunerações que



Assembleia Municipal

não são muito dignificantes, e não é preciso ir para muito longe para encontrar empresas a pagarem o salário a um técnico superior, de 800,00€, não é preciso ir para muito longe para encontrarmos essa realidade e não acredito, não tenho esses números, mas fiquei curioso, não acredito que Arganil esteja nessa segunda posição da CIM que referiu, mas estou curioso e terei de chegar a alguma conclusão.-----
-----Relativamente à segunda intervenção, o muro de sustentação que foi referido, não é da responsabilidade do município nem é do município, é um muro que é de terceiros, que foi executado na sequência de uma vistoria, cuja correção não foi efectuada e o município substituiu-se aos proprietários, existindo neste momento um processo a decorrer, para cobrança do valor que ali foi suportado pelo município. O muro foi executado no preciso termo e no preciso local que tinha que ser executado e com a devida dimensão; não sei se no lado superior há algum proprietário que esteja interessado em continuar aquele muro, mas se os proprietários do talude superior estiverem interessados, é uma questão de submeterem o processo ao município e o município não deixará de apreciar e cumprindo os requisitos de o aprovar. Relativamente à questão da mobilidade estar pior, é uma opinião, é só isso; respeito mas não tenho nada a acrescentar. Em relação aos problemas que estão a acontecer na empreitada, trata-se de um problema detectado, já sinalizado ao empreiteiro, a obra está dentro do prazo de garantia e será oportunamente corrigido.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Fernando Vale** para dizer que “este é um problema que deve preocupar bastante o executivo municipal e todos os aqui presentes. O Guilherme Correia apresentou aqui as angústias de um jovem que tem uma grande qualidade intelectual, que sabe analisar bem os problemas, e a resposta que o Senhor Presidente lhe deu, foi algo ambígua e superficial, porque não foi ao encontro especificamente daquilo que o Guilherme Correia lhe perguntou. Nós todos sabemos e os dados dos últimos censos vieram demonstrar isso, que existe uma grande concentração de população num determinado território português; 1% do território tem 20% da população portuguesa, é um problema que não é exclusivo do nosso país, é um problema que abrange outros países da União Europeia e do Mundo, mesmo aqueles mais desenvolvidos, mas há estratégias e há municípios que tentam contrariar esta tendência. Este tema julgo que nunca foi discutido neste fórum de forma profunda, foi sempre discutido de forma um pouco superficial, de maneira que julgo que o município, que tem nos seus munícipes que já não vivem cá muito, por via daquilo que o Guilherme Correia aqui apresentou, mas temos gente muito qualificada e o município de Arganil podia juntar toda essa gente no sentido de ajudar o município a tecer uma estratégia que possa contrariar esta tendência terrífica que nós experienciamos. Temos também uma comunidade estrangeira muito qualificada que também pode contribuir para esta discussão e para propôr soluções que contrariem esta tendência. Julgo que o município deveria trabalhar nesse sentido e dar respostas mais concretas aos jovens que têm estas angústias, que



Assembleia Municipal

querem contribuir para o desenvolvimento do seu concelho e que não encontram aqui as oportunidades que deveriam ter.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para “dar nota que reconhecemos, e ao contrário da opinião do colega Fernando Vale, este tema foi já abordado, não me parece que de forma superficial; acho que a leitura que é feita pelo executivo parece-me estar alinhada com aquela que é uma preocupação evidente em conseguir criar condições de atractividade para pessoas com um nível de qualificação superior, mas que é algo que não se conquista por Decreto; não se impõe uma melhoria salarial de um momento para o outro, só porque achamos que isso faz parte da competência do município; essa competência, acima de tudo, está a meu ver, naquilo que é a directriz da política de base em termos da governação central e essa sim, acho que tem ferramentas para poder discriminar positivamente estes territórios que é aquilo que verdadeiramente importa fazer, se quisermos promover a dita coesão territorial temos que fazer um bocadinho mais que aquilo que temos vindo a fazer ao longo dos últimos anos e evidentemente que queremos criar condições para pessoas que tenham excesso de qualificações para aquilo que é o panorama actual da nossa região, e em particular pessoas como o Guilherme, que pensa em doutorar-se, acho que faz todo o sentido, porque esse tipo de pessoas fazem realmente falta neste território, mas temos que perceber que a criação de uma empregabilidade a esse nível de escolaridade ou de formação, não está exclusivamente na responsabilidade nem nas mãos do município. Acho que convertermos o município em entidade empregadora de todas as pessoas qualificadas não é solução; a solução, a meu ver, está na conjugação de políticas que tenham uma discriminação favorável para estes territórios, e sim, a lógica de investimento que o município tem promovido, para se tornar atractiva para maia e melhores empresas, que empreguem mais e maior nível de qualificação.”-----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1 - Assuntos de Interesse para o Município.-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Bruno Costa** para dizer que “gostaria de congratular o executivo camarário pela obra efectuada na aldeia do Piódão. A aldeia do Piódão é um dos maiores ou porventura o maior cartão-de-visita do nosso concelho e também de Portugal. Esteve representada nas imagens do Pavilhão de Portugal na Expo 2020, no Dubai. Por muitos considerada uma das aldeias mais pitorescas do nosso país e a única aldeia histórica do distrito de Coimbra, foi com grande agrado que assistimos à inauguração no passado dia 22 de Novembro, da dupla intervenção efectuada naquela freguesia. Requalificar o largo central da aldeia e reabilitar o Posto de Turismo daquela que é das aldeias históricas mais idosas do



Assembleia Municipal

país, demonstra a visão que este executivo tem em promover o nosso concelho e colocar Arganil como uma referência no Turismo. Neste momento, visitar o Piódão é uma experiência mais agradável, completa e autêntica, pois as obras efectuadas permitem um melhor contacto com o comércio local, de forma mais segura, sem comprometer a imagem característica que tão bem caracteriza aquela aldeia. Mas este executivo não pensou pequeno, pensa sempre em fazer mais e melhor e o repto já foi lançado junto do poder local para que, conjuntamente com a Câmara, se realize uma intervenção que vise aumentar a capacidade de estacionamento daquela aldeia, reduzindo assim os maiores constrangimentos verificados na altura de maior afluência. Concordando e reiterando o que disse a Senhora Rita Marques, ex Secretária de Estado do Turismo, Comércio e Serviços, no momento de inauguração daquele espaço, passo a citar, *“continuem a trabalhar connosco para identificar necessidades de novos rumos e novas ideias que possam valorizar o nosso património, o nosso saber fazer, as nossas gentes, no sentido de projectar o Piódão e Arganil além-fronteiras”*. Senhora ex Secretária de Estado, tenha a certeza de que tudo o que depender desta Assembleia, iremos continuar a trabalhar para projectarmos Arganil e o nosso património além-fronteiras. Para que tal se concretize, apelamos à ajuda fundamental do Poder Central, com o objectivo de que o Interior e o seu património não caia no esquecimento, tal como tem acontecido ao longo dos últimos anos.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Fernando Vale** para referir que “questões profissionais impediram-me de estar presente na última Assembleia Municipal e tecer algumas palavras de justa e sentida homenagem ao Nuno Espinal, o que pretendo fazer agora. O Nuno Espinal foi um homem que marcou os lugares por onde passou e as pessoas que com ele se cruzaram na vida. Homem fraterno, de grande integridade, inconformado, frontal, de firmes convicções e de elevada sensibilidade, decidiu dedicar o seu altruísmo, o seu saber e a sua experiência a Vila Cova de Alva e ao concelho de Arganil, em várias vertentes de actuação. Vila Cova de Alva, Arganil, e o Partido Socialista, do qual era o mais antigo militante da concelhia de Arganil, ficam a dever-lhe a sua esclarecida intervenção, social, cívica, política e cultural. Enquanto Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila Cova de Alva, protagonizou uma transformação radical daquela instituição, sendo o Centro de Dia exemplo vivo da sua infatigável dedicação, ampliando e qualificando a prestação social daquela instituição. Enquanto membro da Assembleia Municipal de Arganil, distinguiu-se sempre pela sua grande elevação, qualidade e sentido construtivo. Enfrentou a doença que o atormentou nos últimos anos da sua vida com esperança e com grande coragem.”-----

-----Paradoxalmente, recordo uma das últimas conversas como Nuno Espinal acerca do poema “Natividade”, um dos mais belos de Miguel Torga, escrito precisamente em Vila Cova de Alva, a 24 de Dezembro de 1958. Nessa conversa referimos o elevado interesse que teria um *roteiro torguiano* no concelho de Arganil e na região,



Assembleia Municipal

onde este poema teria um lugar de destaque na Praça de Vila Cova. Imaginámos o que Torga teria sentido nesse dia para o inspirar a ter escrito aquele lindíssimo poema de Natal que o Nuno Espinal tão bem traduziu, também em poema, e que partilho convosco:-----

---“*Soavam dos sinos badaladas aladas no vento.*-----
---*O Sol já esmorecia e a noite crescia.*-----
---*Noite mágica, noite de consoada.*-----
---*Na velha praça o ceppo ardia, a cortar a aragem fria.*-----
---*O povo cercava o ceppo, na bonança do aconchego.*-----
---*O braseiro, encarniçado avermelhava a praça e labaredas bailarinas projectavam espectros ondulantes nas brancas paredes do casario.*-----
---*Eis que chega o poeta, o grande poeta! Mãos estendidas ao ceppo, como em prece, e o estro que o destino lhe tece já lhe cresce.*-----
---*Envolve-se e atinge do momento sensível que lhe dá um sentido para além do visível.*-----
---*E na sua verdade, o poema emerge, Natividade.*”-----

-----Apelamos ao município de Arganil e à União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, para que o nome de Nuno Espinal seja merecidamente perpetuado no espaço público de Vila Cova de Alva, pela marca que a sua passagem deixou.”----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rodrigo Oliveira** para dizer que “começo por abordar o assunto da requalificação do espaço urbano público da vila de Arganil, porque este é um projecto que está e ficará nas nossas memórias pelos piores motivos. É, sem sombra de dúvidas, o exemplo daquilo que não deve nem nunca deverá ser feito por uma entidade pública, que tem como dever prioritário zelar pelos cidadãos e pelo espaço público. Vejamos a linha cronológica deste projecto; o projecto foi apresentado em 18 de Outubro de 2016, cujo objectivo seria conferir uma maior atractividade ao centro histórico de Arganil, valorizando o seu espaço público, pretendendo levar as pessoas sobretudo a comprar no seu comércio tradicional. As obras iniciam a 6 de Março de 2017, com prazo de execução previsto de 180 dias. Em Novembro de 2017 as obras são suspensas devido a uma série de incidentes, bem como a constatação de que algumas opções, do ponto de vista de projecto e de materiais, não se revelaram as mais adequadas. O projecto é alterado e entregue a um gabinete de arquitectura externo. No dia 11 de Abril de 2018 é apresentada a alteração ao projecto de requalificação do espaço urbano público da vila de Arganil, na qual são apresentados não um, mas dois projectos; um para o que estava por fazer e o outro para as novas intervenções. Em Maio de 2020, dá novamente início a intervenção de requalificação do espaço público de Arganil e em Abril deste ano, iniciou a segunda fase da requalificação. Mais de 6 anos decorridos deste projecto, o seu término é uma constante incógnita e o objectivo principal que foi definido, continua por cumprir. Quem perde, todos nós arganilenses, mas principalmente o comércio local, que tende a extinguir-se. A população mais idosa e de mobilidade



Assembleia Municipal

reduzida, que têm sido vítimas de vários acidentes provocados pelos atentados urbanísticos que este projecto veio trazer ao centro da vila. Quando todos se questionam o porquê do centro da vila de Arganil estar tão desertificado, que mais parece uma aldeia, este projecto veio contribuir em muito para que isso seja uma realidade actual.-----

-----No passado mês de Setembro, no Dia Europeu sem Carros, o município, em parceria com o Agrupamento de Escolas de Arganil, apresentou o projecto “Crescer a Pedalar”, que tem como objectivo não só ensinar ou aperfeiçoar o andar de bicicleta, mas também criar uma cultura de ciclismo, dentro e fora da escola. A iniciativa é positiva, tal como todas as iniciativas que promovam a sustentabilidade e o combate às alterações climáticas; o problema que me salta logo à vista, e que existe aqui uma grande contradição: como é que o município pode estar a incentivar as crianças a utilizar bicicleta no espaço público de Arganil, quando os projectos de intervenção nesse mesmo espaço, não contemplam qualquer infra-estrutura de rede Ciclável? Bem sei que fica bem publicar algumas fotos do executivo a andar de bicicletas eléctricas, mas na realidade isso é mesmo só para a fotografia. Senhor Presidente, quantos quilómetros de rede Ciclável urbana está prevista implementar no concelho de Arganil, a fim de promover concretamente o uso da bicicleta?-----

-----Por último, deixo aqui uma chamada de atenção relativamente ao único posto público de carregamento de veículos eléctricos que temos em Arganil; devido às obras que decorrem na Av. José Augusto de Carvalho, o posto de carregamento está impedido de ser utilizado; não que aquele local esteja a sofrer obras, mas sim porque está a ser ocupado com materiais de construção. São várias as críticas que nos têm chegado e que se têm manifestado nos comentários das aplicações móveis de carregamentos eléctricos, relativamente àquele posto em concreto. São cada vez mais os utilizadores de veículos eléctricos e o posto de carregamento é fundamental nos dias que correm, para que consigamos atrair mais pessoas. Solicito ao Senhor Presidente que arranje uma solução para este problema ou, em alternativa, que disponibilize o posto de carregamento exclusivo do município, para outros poderem utilizar. Não sei se é mesmo exclusivo do município, pois já por diversas vezes vi veículos sem o dístico do município ou do Estado lá a carregarem.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Maria José Silva** para referir que “partilho também da preocupação em relação aos carregamentos para carros eléctricos, já uma vez perguntei da possibilidade de serem descentralizados, não só na sede do concelho mas por exemplo em Côja onde, como sabem, existe um fluxo turístico muito grande, e na altura, pelo que percebi, depende muito da capacidade e da iniciativa privada e não propriamente da intenção ou vontade do município em instalar os postos de carregamento; mas com certeza o Senhor Presidente terá uma resposta mais cabal e mais assertiva.-----

-----A minha intervenção está relacionada com a Rede Cultural do concelho de Arganil. Este é um programa da Câmara Municipal de Arganil, pelo que sei, um dos



Assembleia Municipal

poucos municípios do país a desenvolver um projecto semelhante e que deve ser aqui distinguido.-----

-----Trata-se de uma tentativa de congregar as associações culturais e recreativas do concelho, num esforço de partilha de recursos, experiências, preocupações e programações. Sabendo nós que o associativismo tem um papel importantíssimo na criação e divulgação da cultura no nosso concelho, que as associações são, em muitas localidades, a única oportunidade de fruição e desenvolvimento cultural, faz todo o sentido que elas próprias e os seus dirigentes procurem e aceitem o apoio que esta rede pode proporcionar.-----

-----Perguntam, como? Não será apenas mais um organismo de intenções, sem resultado na prática? Não, é não é, e digo-o por experiência própria. Têm sido realizados encontros entre as associações, as pessoas podem expor as suas dificuldades e preocupações e conseguem-se criar pontos de apoio.-----

-----Através da partilha de recursos, humanos e logísticos, as associações podem fazer mais. Vivendo numa realidade financeira tão difícil, há que aproveitar estas oportunidades, em que todos os participantes já ultrapassaram a fase das “capelinhas” e das pequenas disputas.-----

-----Uma das iniciativas da Rede Cultural é um ciclo de capacitação, com *workshops*, agendados até Janeiro de 2023 e que podem ajudar os dirigentes em várias vertentes, como: cidadania, financiamento, produção de eventos e comunicação. Sendo que os dirigentes associativos são voluntários, muitas vezes sem conhecimentos técnicos que permitam trabalhar como os tempos modernos exigem, penso que esta é uma excelente oportunidade, dada pelo Município, para se conseguir fazer melhor.-----

-----Lamento que nem todas as associações convidadas participem. Não será por má-fé, acredito, mas também não posso deixar de dizer que perdem a razão quando se lamentarem de falta de apoio, se não tiverem abertura para trabalhar em conjunto. É certo que não se vão distribuir envelopes de dinheiro para cada uma das associações que têm participado. Mas têm-se partilhado e recebido ensinamentos, construído uma verdadeira Rede, numa tentativa de todos colaborarem de forma democrática e aberta.-----

-----Tem sido um exemplo daquilo que deve ser o associativismo: trabalhar em conjunto, reformular o que já não funciona e arriscar em projectos que podem não ser a solo, mas em conjunto. Neste ponto, tem-se verificado um esforço grande do Município para proporcionar a todas as associações do concelho, oportunidades. Convites, parcerias, apoios, dando-lhes o poder para fazerem melhor. Todas as associações ficam a ganhar. Obrigada.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Ricardo Pereira** para dizer que “após um interregno de dois anos, motivado pela pandemia, a 39ª Ficabeira – Feira Industrial, Comercial e Agrícola da Beira Serra e Feira do Mont’Alto 2022, estiveram de volta a Arganil, entre os dias 6 e 11 de Setembro, para mostrar a quem nos visitou, aquilo



Assembleia Municipal

que de melhor se faz no concelho e na região, nos sectores da indústria, comércio, agricultura e associativismo.-----

-----Para quem passou por lá como eu, foi deveras evidente que as pessoas precisavam destes eventos pós pandemia. Foram umas centenas ou mesmo milhares de pessoas que passaram naquele espaço.-----

-----Foi um retomar de costumes de que já tínhamos saudades.-----

-----Para mim, o ponto alto desta Ficabeira, foi ver a actuação do artista Herman José com a Associação Filarmónica de Arganil. Endereço os parabéns a toda a direcção, maestro e executantes desta instituição, pois deram provas que neste interior tantas vezes esquecido, ainda perdura muito talento.-----

-----Antes da abertura do evento, foi inaugurada a Nova Ponte da Barreira, com descerramento da placa evocativa das Lavadeiras da Ribeira de Folques, uma nova estrutura que implicou um investimento de cerca de 85 mil euros e está integrada na empreitada da segunda fase de requalificação do espaço público em Arganil.-----

-----Como dizia a letra da canção dos Jáfumega, "... A ponte é uma passagem para a outra margem...", e este executivo tem construído "pontes" onde não as havia e remodeladas outras existentes.-----

-----Parabéns ao executivo liderado pelo Dr. LPC, pois conseguiu fazer essas pontes e colocar Arganil e os Arganilenses no mapa, pois há alguns membros do poder central, alguns, que sabem que Arganil existe e conseguem encontrar essas pontes para cá, mas há outros, que mesmo tendo os melhores assessores e secretários do mundo e arredores, nunca encontraram o caminho para Arganil.-----

-----Concluo desejando Votos de um Santo e Feliz Natal para todos e Votos de um 2023 com Futuro, pois Arganil tem Futuro!!! Obrigado."-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para referir que "neste periodo antes da ordem do dia quero trazer até vós um evento que será certamente do conhecimento da maioria, mas que me parece merecer ser falado e mais que falado também participado por nós. Falo do DPA – Desafio Picos do Açor. Prova de Trail que se realizará no dia 10 e 11 deste mês. E não, não quero necessariamente dizer que temos todos que ir fazer a prova. Independentemente do gosto pela corrida ou da capacidade física de cada um, há coisas que podemos todos fazer. Divulgar, estar presente, a correr a caminhar ou somente a assistir e colorir ainda mais este evento que muito engrandecerá Arganil.-----

-----O Desafio Picos do Açor, retoma este ano o formato normal após as alterações impostas pela pandemia. Integrando o circuito nacional de Trail, a nossa prova contará com mais de 1400 atletas de 12 nacionalidades. Estarão presentes os melhores atletas do panorama nacional que muito lutarão para juntar ao seu currículo uma vitória numa prova que tem ganho espaço relevante no calendário da modalidade em Portugal. Prova disso mesmo foi a forma muito rápida como esgotaram a quase totalidade das inscrições disponíveis. O espectáculo e a emoção



Assembleia Municipal

estão garantidos. Propositadamente compatibilizado com o Mercado de Natal, maximizará o proveito dos dois eventos.-----

-----Deixo uma palavra de apreço ao Município de Arganil, à Junta de Freguesia de Arganil e à Junta de Freguesia de Folques por perceberem que este é um evento que “encaixa” muito bem em Arganil e que é, a meu ver, um importante tónico para o desenvolvimento do desporto outdoor, que como já referi nesta casa, poderá ser uma alavanca para o desenvolvimento do turismo de desporto e aventura que está cada vez mais na moda.-----

-----É por achar que Arganil merece este evento e que esta organização merece sucesso que me leva também a associar-me enquanto patrocinador do mesmo.-----

-----À Evolução Vertical, ao André Rodrigues, ao Romeu Gouveia e ao David Gouveia, desejo as maiores felicidades na realização do evento e que continuem a ver em Arganil o território perfeito para a realização deste evento.-----

-----Dia 10 e 11 deste mês importa contar com todos. Engrandecer esta prova é engrandecer Arganil.-----

-----Obrigado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **José Miguel Nunes** para referir que “gostaríamos de recordar que Portugal está obrigado a cumprir a meta de 60% de reciclagem dos seus resíduos urbanos até 2030, meta essa que está muito distante aos dias de hoje. E em 2035 não podemos depositar em aterro mais de 10% do nosso lixo, quando hoje é o destino de mais de metade do lixo produzido. Além disso, é preciso ter em conta que os contentores onde colocamos o nosso lixo de forma indiferenciada, são pagos por todos nós na factura da água. Tudo isto, associando um valor de reciclagem de resíduos muito reduzido, face àquele que seria suposto nesta fase, e uma necessidade urgente de convergirmos para as referidas metas a que estamos obrigados, vai-se traduzir invariavelmente num aumento significativo da factura da água, devido ao aumento da rubrica de gestão de resíduos. Perante isto, e de forma a haver uma diferenciação beneficiando quem mais recicla e penalizando quem mais lixo indiferenciado produz, defendemos a implementação de um modelo PAYT – Pay has You Throw, onde uma pessoa pague mediante a volumetria de lixo indiferenciado produzido. Assim sendo, gostaríamos de saber se o município está a pensar adoptar este modelo e quando pensa fazê-lo.-----

-----A somar a tudo isto, têm-nos chegado queixas de Juntas de Freguesia que têm pedido ecopontos à Câmara, tendo recebido como resposta que não há ecopontos para entrega. Gostaríamos de saber se isso é verdade e o que estão a fazer para solucionar esse problema, porque mesmo aldeias pequenas, têm que ser dotadas de ecopontos próximos das pessoas, para que numa população envelhecida, como a nossa, muitas vezes com dificuldades de locomoção, seja possível separar coisas tão simples como o vidro ou algumas embalagens. Além disso, locais próximos de zonas de comércio e de restauração, também têm que ter esses ecopontos nas proximidades, pelo facto de serem pontos de elevada produção de resíduos, de



Assembleia Municipal

embalagens e vidro. Pedimos por isso a atenção do executivo sobre este problema, até porque deve haver margem para isso, porque de todos os municípios envolventes em 2021, o município de Arganil foi aquele que menos dinheiro gastou com o meio ambiente. A título de exemplo, segundo dados do INE, o município de Arganil gastou apenas 51,00€ por habitante; menos 19€/habitante que Oliveira do Hospital, menos 31,00€/habitante que Tábua e menos 106,00€/habitante que Góis.”--

-----Teve a palavra o senhor deputado **José Miguel Marques** para referir que “a 18 de Outubro deste ano, a Organização Mundial de Saúde apresentou o seu Plano de Ação Global para Actividade Física, pretendendo através do mesmo atingir até 2030 uma meta global de redução relativa de 15% na prevalência de inactividade física. Como é sabido, o sedentarismo é uma das maiores causas de doenças não transmissíveis da actualidade: doenças cardiovasculares, cancro e diabetes tipo 2. Como tal, nos dias de hoje, promover actividade física não é só uma moda, é um imperativo das políticas de saúde pública, com benefícios que vão muito para além da prevenção dos efeitos directos da obesidade. A actividade física é capaz de melhorar a nossa dimensão da saúde mental, conferindo proteção ainda contra várias doenças causadoras de declínio cognitivo, como o são as demências.-----

-----Contudo, a OMS revela que, em todo o mundo 81% dos adolescentes e 27,5% dos adultos não cumprem os níveis de actividade física recomendados para as suas faixas etárias. Estamos pois perante uma pandemia. Uma pandemia global, passo o pleonasma. E como pandemia que é, o sedentarismo atinge-nos não só numa esfera individual, mas provoca também disrupção a um nível colectivo, com prejuízos óbvios para os serviços de saúde e para a sociedade como um todo.-----

-----Ciente destes e outros problemas provocados pelo sedentarismo, a Comissão Europeia promove desde 2015 a Semana Europeia do Desporto (SED), entre 23 e 30 de Setembro, com o objectivo de promover estilos de vida mais activos e mais saudáveis para milhões de europeus. Sendo esta uma iniciativa à qual muitos dos municípios portugueses aderiu, no caso de Arganil, não quero deixar de felicitar o município pelas 31 actividades que mereceram as mais de 630 participações do público, e que com a colaboração dos mais diversos parceiros locais, ficaram pautadas sobretudo pela diversidade, transversalidade e inclusão, e puseram, sem dúvida, Arganil e as suas freguesias a mexer.-----

-----Sendo importante o sucesso desta Semana, importa porém, mantermo-nos activos durante todas as outras 51 semanas do ano, até porque segundo dados do último Perfil Local de Saúde (2018) do ACES-PIN, a proporção de utentes inscritos com excesso de peso nos Centros de Saúde do nosso território é praticamente o dobro da média nacional, sendo que o índice de sedentarismo dos portugueses é já de si, preocupante. De facto, em Portugal, segundo o Programa Nacional para a promoção da actividade física, 57% da população adulta tem obesidade ou excesso de peso. Mas mais grave ainda: segundo dados do estudo Childhood Obesity



Assembleia Municipal

Surveillance Initiative (COSI) de 2019, 41,6% das crianças portuguesas entre 6 e os 8 anos de idade têm obesidade ou excesso de peso.-----

-----E porque a mudança de hábitos tem efectivamente de partir desde tenras idades, entendo que o projecto “Crescer a Pedalar” recentemente anunciado pelo Município em parceria com o Agrupamento de Escolas de Arganil, corresponde justamente ao tipo de iniciativas norteadas pelo Plano de Ação Global da OMS sobre Actividade Física. E mesmo que o projecto “Crescer a Pedalar” reproduza outros programas de âmbito nacional de semelhantes objectivos, não deixa de ser uma iniciativa notável que, sendo simples, dá cumprimento a vários dos famigerados objectivos de desenvolvimento sustentável: estimula a economia circular pois estimula a entrega de bicicletas não utilizadas, antigas, desgastadas ou com necessidade de reparação; promove hábitos de vida saudáveis; sensibiliza para a sustentabilidade ambiental e consciencializa a comunidade para a importância de alterar padrões de consumo; procura e promove sinergias ao envolver, por exemplo, o Curso Profissional de Técnico de Manutenção Industrial do Agrupamento de Escolas de Arganil na verificação e reparação das bicicletas entregues pelas famílias e que necessitem de reparação. Mas acima de tudo, e se esta iniciativa vier a ter o melhor acolhimento, permitirá ensinar e aperfeiçoar os alunos do ensino pré-escolar a “andar de bicicleta” mas também a estimular a prática do ciclismo.-----

-----Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados: o projecto “Crescer a pedalar” é, acima de tudo, uma boa ideia. Que para lá dos vários méritos que elenquei, nem sequer exige propriamente esforço aos cofres do município.-----

-----É por isso que, ao reflectir sobre o mesmo me vem à lembrança o velho paradoxo que relaciona hábitos saudáveis e economia. Nesse sentido, dir-se-ia que um ciclista poderia representar um desastre para a economia do país: não compra carro, seguro ou combustível, não necessita de mecânico, nem paga estacionamento. Não exige grandes estradas e não se torna obeso. No fundo, não contribuiria nada para o PIB do país. Por outro lado, cada restaurante de fast-food criaria vários empregos: cardiologistas, dentistas, especialistas em emagrecimento, além dos próprios funcionários do restaurante. Segundo esta teoria caminhar poderia ainda ser pior para a economia do país, pois quem caminha já nem sequer compra uma bicicleta.-----

-----Pois bem, concluo que neste caso, com o Projecto “Crescer a Pedalar”, já nem isso será necessário! Faço votos que o mesmo possa ser um êxito. Como tal, para a semana entregarei na escola dos meus filhos as duas bicicletas há muito encostadas numa parede lá de casa. Muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Luis Gomes** para referir que “tenho um primeiro assunto relacionado com o projecto do IEFP; gostaria de questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre este projecto e pedir-lhe que fizesse o ponto da situação relativamente a este assunto, dado que foi celebrado um contrato com o Instituto de Emprego e Formação Profissional. Um outro assunto relaciona-se com o



Assembleia Municipal

Pólo Industrial da Relvinha cuja segunda fase, Relvinha Oeste, foi inaugurada recentemente. Mas antes, gostaria de fazer uma pequena resenha histórica do que foi o início do Parque da Relvinha; começou comigo próprio, passe a imodéstia, já lá vão mais de 35 anos. As indústrias entretanto instaladas na década de 80 em Arganil, já não tinham espaço para crescer, era importante procurar um novo espaço, e foi assim, com o falecido Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo, José Moreira, que se pensou na zona da Relvinha. Havia baldio que era administrado pela Junta e a decisão foi quase imediata; é aqui que vai nascer o futuro parque industrial. Convém dizer que na altura nada existia, a não ser o terreno, nem água, nem acessos, nem electricidade. O projecto começou com iniciativa de um jovem espanhol que iniciou noutra local, aqui bem perto, a cultura de cogumelos; essa ideia não avançou, mas iniciou-se lá a primeira terraplanagem. Logo a seguir por indicação de pessoa amiga, através da Câmara de Comércio Luso-Alemã do Porto, foi manifestado interesse, por parte de uma empresa alemã, a Artlander, que na altura na fileira têxtil da Alemanha, ocupava o quarto lugar, na sua intensão de construir ali uma unidade industrial. Estávamos em Maio de 1987. Foi celebrado um contrato, primeiro um encontro formal, em que nos comprometemos a construir a unidade industrial em 5 meses; estávamos em Maio e a fábrica foi inaugurada no início de Novembro de 1987; uma autêntica loucura, considero eu, já que não existia nada, em termos de infra-estruturas. Chegaram a trabalhar funcionários da Câmara em dois turnos diários, mas a obra estava pronta em tempo de começar a sua laboração. Foi este o caminho inicial, um caminho difícil, mas foi o embrião para atrair outras empresas para o local. Verificaram-se também deslocações de empresas já existentes em Arganil e foi assim que a parte Leste ficou praticamente ocupada. Era preciso crescer, era preciso pensar em novos espaços e foi aquilo que foi feito, e hoje temos a realidade da parte Leste estar praticamente preenchida e existe oportunidade de crescer para Oeste. Não deixaria de referir aqui que, talvez não fique bem enquadrado aquilo que vou dizer, mas eu diria que relativamente a uma grande obra em Arganil, que aconteceu há 70 anos, Miguel Torga escreveu, e existe uma placa no Teatro Alves Coelho, que diz assim: “erguido por teimosos e cabeçudos beirões cada qual trazendo a sua pedra, tal como antigamente se construíam as catedrais”. Se fosse vivo, talvez Miguel Torga escrevesse sobre a Relvinha, idealizado e concretizado por teimosos e cabeçudos autarcas que, lutando contra profetas da desgraça, e velhos do restelo, conseguiram materializar um projecto de desenvolvimento para as gerações vindouras e para o concelho de Arganil. E não foi por acaso que a Ministra da Coesão Territorial, em 18 de Novembro, afirmou “*Arganil é um exemplo de aproveitamento dos fundos europeus, que permitem a criação de novas oportunidades, tendo em vista a atração de investimento, a fixação de pessoas e o aumento da qualidade de vida dos arganilenses*”. Creio que Arganil tem futuro, a região tem futuro, porque dispomos de uma ferramenta que permitirá ter confiança nesse mesmo futuro.”-----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para “começar por sublinhar as palavras do deputado Bruno Costa.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Fernando Vale, também já dei a devida nota relativamente ao papel que considero que teve o saudoso Nuno Espinal e associo-me também às palavras aqui proferidas.-----

-----Acerca da intervenção do senhor deputado Rodrigo Oliveira, dizer como ponto prévio, que só há uma forma de as obras não criarem constrangimentos, é não se fazer rigorosamente nada; isso é incompatível com aquilo que é a nossa missão, a nossa função. Sabemos que as obras causam constrangimentos e vão continuar a causar; interessa minimizá-los. Certamente como pessoa que presumo que seja atenta, se verificar aquilo que é a realidade noutros concelhos, uma vez que já resolveram invocar aqui a comparação, é verificar o que acontece com idênticas obras noutros concelhos e podem fazer uma análise mais isenta, diria eu, daquilo que se faz em Arganil. Mas devo dizer que o resultado é francamente positivo e não tenho nenhuma dúvida em relação a isso, avaliação essa que também penso que já foi devidamente manifestada pelos arganilenses. Quanto aos quilómetros de rede Ciclável em Arganil, confesso-lhe que é uma angústia que trago comigo; trazemos connosco a angústia de termos sido convidados e sensibilizados para andarmos a correr para apresentar candidaturas, em pacote, no final de Abril de 2021 e aborreço-me que, cumprindo nessa data o município todas as regras que foram fixadas no âmbito dos Avisos, que em Novembro desse mesmo ano tenham sido alteradas as regras para colocar de fora municípios como Arganil. Está aqui a justificação para os quilómetros de ciclovias, está exactamente na forma como os municípios tantas vezes são tratados pela Administração Central nestas matérias. Acerca dos pontos de carregamento, é também um ponto de constrangimento. Sem querer fazer publicidade, há um posto numa superfície comercial relativamente próxima, que está disponível para o público. Dizer também e clarificar que as viaturas que utilizam o carregador do município são viaturas municipais, como não podia deixar de ser; isso é manifestamente óbvio, nem sequer tem qualquer tipo de questão que se possa colocar, do ponto de vista da honestidade intelectual. Quero deixar esse assunto bem claro.-----

-----Sobre a intervenção da senhora deputada Maria José Silva, quero associar-me às suas palavras e é um apelo que fazemos às instituições, de poderem trabalhar em rede, pois todas têm a ganhar com esse trabalho em rede.-----

-----Quero também associar-me às palavras do senhor deputado Ricardo Pereira, acerca do sucesso da Ficabeira.-----

-----Associar-me também às palavras do senhor deputado Christophe Coimbra e dizer que vislumbra-se uma edição de enorme sucesso, com o maior número de inscritos desde que este evento tem lugar; penso que referiu 1450 inscritos, é efectivamente uma prova que entrou já no panorama nacional e isso deve-se muito ao Romeu, ao David e ao André, que são entusiastas e, para além de entusiastas são, se me permitem, profissionais do metié e isso ajuda muito.-----



Assembleia Municipal

-----Acerca da intervenção do deputado José Miguel Nunes, a sua preocupação, do ponto de vista conceptual, faz todo o sentido e tenho falado até à exaustão, deste problema nas reuniões de Câmara, porque temos todos noção muito clara que as metas são muito ambiciosas, que as consequências para o país serão também muito penalizadoras pelo incumprimento, eu não tenho dúvidas e penso que o senhor deputado também não, que esse incumprimento se vai verificar, pois 2030 é “amanhã”, as metas são aquelas que referiu e neste momento aquilo que certamente também tem nos seus apontamentos é que o que vai actualmente para reciclagem, pouco ultrapassa os 10% daquilo que é o produzido na região. Há aqui um caminho muito longo para percorrer e dificilmente será alcançável. Este é o diagnóstico, não me parece que se resolva o problema, embora até admita que isso possa ser útil para o Estado e para o Governo, pagar depois as penalizações, que vai ter que pagar no âmbito deste incumprimento, mas não me parece que ajude muito a encontrar soluções para resolver o problema aquilo que está a acontecer com a evolução na taxa de gestão de resíduos, que estava há dois anos em 5,00€ por cada tonelada entregue, é uma taxa meramente administrativa e que está actualmente em 22,00€ por tonelada e em 2025 estará nos 35,00€ por tonelada. Há efectivamente aqui um factor de penalização muito grande. Do ponto de vista teórico, é o que está nos livros, e é isso que o Governo está a seguir, quanto mais caro for o custo, maior será o incentivo para as pessoas deixarem de colocar aquilo que não devem colocar no lixo banal, ainda estamos para avaliar o resultado dessa situação, mas é uma situação que nos preocupa. Em relação ao modelo PAYT – Pay has You Throw, nós fizemos essa avaliação no âmbito de um estudo de resíduos que depois financiou a recolha porta a porta e objectivamente aquilo que esse estudo comprovou foi que do ponto de vista do equilíbrio entre o custo e aquilo que é o retorno, não é justificável. Temos, ainda assim, a recolha porta a porta a funcionar onde o estudo indicou que poderia ser um modelo equilibrado. Essa situação está a acontecer para os recicláveis. Sobre os ecopontos, é uma questão crítica e vou aproveitar para gastar algum tempo acerca do tema; mesmo aqui na região, há soluções diversas para esta situação; por exemplo no caso dos nossos vizinhos de Tábua, que estão no sistema do Planalto Beirão, o Planalto Beirão trata de todo o processo, do ponto de vista vertical, desde a colocação dos contentores, quer para o lixo banal, quer os ecopontos, e faz inclusivamente a recolha, o tratamento, o encaminhamento; todo o processo está verticalizado. Não é o caso da ERSUC, que é o sistema multimunicipal em que estamos inseridos. A ERSUC tem o exclusivo daquilo que tem a ver com os recicláveis ao nível da recolha e também do tratamento, sendo que estão definidos rácios que são um bocadinho cegos, porque olham àquilo que é o número de população servida por cada bateria de ecopontos, o que faz com que a densidade seja mais reduzida, nomeadamente nas freguesias onde a densidade populacional também é mais reduzida. Esse é um constrangimento, mas também como o senhor deputado disse e muito bem, os ecopontos são pagos e aparecem, directa ou indirectamente, na factura. Aquilo que se aceita neste momento, do ponto de vista da



Assembleia Municipal

ERSUC, é que já não haja margem para aumentar muito mais a rede, por uma questão que começa a ser crítica, é que os recicláveis, que era um sector que até há poucos anos era excedentário, ou seja a diferença entre o custo e a receita proveniente da venda dos recicláveis, dava um retorno positivo para a ERSUC, neste momento isso já não está a acontecer; neste momento o sector dos recicláveis é já um sector deficitário e que está a ser impactado indirectamente na tarifa dos resíduos sólidos. Ainda assim, e para esclarecer a questão da proximidade, para resolver essa questão, temos uma parceria a ser implementada com as Juntas de Freguesia que estão disponíveis para isso, algumas estão a trabalhar de uma forma intensa, outras menos intensa, mas aquilo que estamos a fazer é distribuir por todas as aldeias em que as freguesias se associam, baterias de mini ecopontos. Essas baterias de mini ecopontos o seu encaminhamento para um ponto de recolha está a ser assegurado nesta parceria com as freguesias e o objectivo é que essa recolha, a jusante, seja concretizada pela ERSUC. Estamos a fazer tudo para contribuir para o cumprimento desta meta, reconhecendo contudo que é um objectivo muito ambicioso. Já não concordo tanto com a nota que fez em relação aos gastos na área do ambiente; posso dizer que, se tomássemos hoje a opção de entrar no sistema multimunicipal de gestão de água da APIN, automaticamente aumentávamos os gastos na área do ambiente, sem que isso tivesse qualquer retorno para os cidadãos. Há matérias em que ter gastos mais reduzidos é objectivamente sinal de boa gestão, e esta é uma delas.-----

-----Naquilo que tem a ver com a intervenção do senhor deputado José Miguel Marques, associar-me àquilo que disse acerca da actividade física; esse trocadilho que fez em relação ao PIB fez-me lembrar uma teoria económica que teve grande desenvolvimento numa época datada da Europa, em que havia uma ideologia que defendia que se pusesse uma bateria de trabalhadores a abrir um buraco num dia e no dia seguinte outra bateria de trabalhadores a tapar esse mesmo buraco, estaríamos a contribuir para o PIB; portanto é mais ou menos como aquilo que referiu acerca do uso da bicicleta, mas destacar a importância da actividade física para a promoção da saúde pública, é um elemento muito importante.-----

-----Naquilo que tem a ver com as questões do senhor deputado Luis Gomes, em relação ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, celebrámos um Contrato de Comodato há sensivelmente um ano e meio, em Julho de 2021 e nesse Contrato foi estabelecido o prazo de dois anos para execução do projecto, empreitada, conclusão, entrega de obra, por parte do Instituto de Emprego. Estamos neste momento já com um prazo significativamente decorrido, pelo meio, em Março deste ano, a Câmara apreciou o projecto e emitiu parecer favorável à construção do equipamento para Serviços, mas não tivemos qualquer outra informação. Entretanto houve já algumas iniciativas tendentes ao tema do ponto de situação formal por parte do Conselho Directivo do Instituto de Emprego, um desses pontos de situação foi solicitado em Agosto, que se deu depois a circunstância de ter sido dirigido à senhora que então ocupava o cargo de Presidente do Conselho Directivo do Instituto



Assembleia Municipal

de Emprego e Formação Profissional, que foi posteriormente demitida e esse processo acabou por ficar ali um bocado prejudicado na obtenção da resposta, demorou algum tempo a ser nomeado um novo Presidente do Conselho Directivo e após a sua nomeação, solicitámos já em Outubro, um novo ponto de situação e um agendamento de reunião, que aguardamos, para perceber em que ponto é que se encontra este processo, pois os dois anos esgotam em Julho do próximo ano e a obra neste momento devia estar já a decorrer. Relativamente à Relvinha, quero sublinhar aquilo que já disse por diversas vezes, é uma intervenção de grande dimensão é um marco incontornável no progresso e no desenvolvimento do concelho e já referi varias vezes porque é que temos este entendimento, pelas oportunidades que gerará, pela atractividade que já está a criar mas que criará ainda mais, e que é essencial para dar resposta a situações como aquela que foi suscitada aqui no periodo Antes da Ordem do Dia. Há, como também percebemos pelos contactos que temos vindo a fazer com alguns potenciais interessados, um aspecto que é essencial, que o Governo decida e resolva com a brevidade possível, que é a questão dos sistemas de incentivos do próximo quadro comunitário, 2030, que deviam já estar no terreno, e que estão significativamente atrasados, porque os investidores olham também para esses fundos como forma de alavancar os seus investimentos, e sem os Avisos estarem no mercado, essas decisões não são tomadas, ou são atrasadas.-----

-----Queria ainda fazer uma nota da qual me esqueci há pouco, relativamente ao pedido de saída/substituição do Dr. Horácio Lisboa Afonso, pessoa que tive o privilégio de conhecer nas funções políticas, como costume dizer, a política tem esta vantagem, às vezes conhecemos pessoas que gostaríamos de nunca ter encontrado na vida, mas também conhecemos muitas que nos apraz muito que façam parte do nosso leque de contactos e o Dr. Horácio é um cavalheiro, que nesta fase da sua vida, com alguns problemas de saúde, entendeu que o melhor contributo que tinha a dar agora ao concelho, era solicitar a sua substituição, mas ainda assim quero manifestar aqui o meu apreço muito grande e o meu reconhecimento muito grande por aquilo que foram as intervenções que ele foi tendo aqui neste fórum, mas principalmente fora deste fórum, um amigo que sempre nos acompanhou e que tenho o privilégio de ter como amigo.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Fernando Vale** para “colocar uma questão e deixar uma sugestão relativamente à medida programática do Condomínio de Aldeias, em que o município de Arganil, e em colaboração com as freguesias do concelho, apresentou 11 candidaturas, que abrangem 24 aldeias ou áreas identificadas; gostaria de felicitar o município de Arganil por estes números, mas gostaria de perguntar ao Senhor Presidente qual foi a opção de alteração de ocupação e uso do solo que será implementada nestas áreas. Também perguntar de que forma é que será implementado o Plano de Manutenção, que é obrigatório durante um periodo de 5 anos. Deixar uma sugestão, julgando que o município de



Assembleia Municipal

Arganil poderia ser pioneiro, a nível nacional, se optasse por uma solução que terá que ser estudada, mas que tem a ver com um modelo cooperativista, societário, para a gestão destas áreas, no sentido de agregar, quer o município, quer as Juntas de Freguesia, quer os proprietários das áreas sobretudo que não estão a ter qualquer tipo de produtividade, e associar a esta produtividade as cadeias curtas de mercado e as compras públicas ecológicas. A título de exemplo, dou o caso de Arcos de Valdevez, que, em cooperação com a cooperativa local e o Agrupamento de Escolas, está a implementar um Protocolo de fornecimento de carne bovina, da raça Cachena, sendo sem dúvida, promotora de boas práticas e de gestão do território. Deixo esta sugestão, que julgo que seria de todo o interesse implementar no concelho de Arganil e no país, uma vez que é algo que me preocupa, que é a sustentabilidade das intervenções feitas com base no investimento do condomínio de Aldeias.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rodrigo Oliveira** para dizer que “relativamente à requalificação da vila de Arganil, nós todos sabemos que todas as obras têm constrangimentos, mas eu não referi os constrangimentos, pois isso é um facto que não tem volta a dar. Eu falo porque é uma obra que vem desde 2016, com toda a trapalhada que conhecemos, e que não tem um fim à vista. O que eu perguntei foi quando é que ela, definitivamente, termina. E a isso não respondeu, e gostaria que respondesse.”-----

-----Sobre a situação da Rede Ciclável, independentemente do projecto e da candidatura ser ou não aprovada, o executivo teve oportunidade, quando requalificou o projecto da vila de Arganil, de implementar as redes cicláveis no ciclo urbano. Temos o exemplo da Av. Irmãos Duarte, que foi requalificada há pouco tempo e não tem qualquer espaço para bicicletas. Isso não é desculpa.”-----

-----Sobre a situação do ponto de carregamento, nós sabemos que no Lidl há um posto de carregamento, mas que é de gestão privada, e que muitas vezes não pode ser utilizado, porque está avariado, além de que, certamente o Senhor Presidente não é utilizador de veículos eléctricos, naquele posto, o preço de kw/hora é muito mais elevado do que no posto público que está disponível na Avenida; daí a minha preocupação e acho que devia ser também preocupação do seu executivo.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para “fazer uma nota muito rápida, para reconhecer, tal como o Senhor Presidente já fez, reconhecer como muito relevante o tema abordado pelo colega José Miguel Nunes; fiz aqui uma pesquisa muito rapidamente dos dados de consulta disponíveis no INE, não sei se consegue validar que os dados a que se refere são os de 2013 ou se são dados mais recentes; 2021? A minha opinião é de plena concordância com aquilo que foi comunicado pelo Senhor Presidente, logicamente que interessa perceber qual é o montante investido, mas acho que de igual forma interessa-nos perceber qual é a capacidade recolhida, a capacidade reciclável, por comparação com esses



Assembleia Municipal

municípios que referiu, para perceber qual é a nossa posição. Acho que decisões que foram tomadas e coisas que foram implementadas, como a questão da recolha selectiva, não vemos frequentemente noutros concelhos, pelo menos que eu conheça, e que mereceu inclusive a premiação e o destaque que lhe foi dado; parece-me que não estejamos num caminho a solo, completamente afastados da realidade dos outros municípios, mas agradeço a confirmação.”-----

-----Teve novamente a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para referir que “acerca da intervenção do deputado Fernando Vale, quero dizer, sublinhar e reconhecer a parceria que foi possível estabelecer com algumas Juntas de Freguesia, algumas Comissões de Compartes, no sentido de maximizar a cobertura do território com esta figura dos Condomínios de Aldeia; e este número que foi atingido, das 11 candidaturas aprovadas, foi o maior volume de candidaturas a nível nacional, por município e isso é algo que também nos apraz registar. Em relação às questões técnicas que colocou, posso pedir depois para o técnico fazer uma súmula daquilo que está em cada uma das candidaturas, pois não tenho essa informação detalhada, que não domino. Ao mesmo tempo que me associo ao princípio, quero também sublinhar os constrangimentos de medidas como aquela que referiu. Por princípio todos concordamos com as cadeias curtas e com as compras públicas ecológicas, até porque o Código da Contratação Pública inclusivamente hoje, permite o acesso a um mecanismo, de uma forma mais agilizada, que não existia no passado, mas há uma grande diferença entre a nossa realidade e a de Arcos de Valdevez; esse é um município com uma produção agrícola muito significativa, quer ao nível vitivinícola, quer ao nível de gado bovino, capacidade essa que Arganil, infelizmente, não tem; mas ainda assim, concordo com o princípio, é algo que devemos acompanhar, no sentido de induzir também por esta via maior retorno para o território.”-----

-----Em relação à intervenção do senhor deputado Rodrigo Oliveira, dizer que a obra certamente terá o seu término durante o ano de 2023. Em relação às questões da ciclovia, no espaço público, são opiniões, e nós ouvimos muitas, respeito mas as opções foram diferentes; essa também esteve em cima da mesa e foi considerada desadequada. Relativamente ao posto de carregamento do Lidl, é de gestão privada, tal como o que está aqui no espaço público; neste momento todos os postos públicos de carregamento são de gestão privada. Ainda assim, quero renovar a questão do constrangimento que aquela intervenção está a provocar.”-----

-----Relativamente à intervenção do deputado Christophe Coimbra, há pouco quando o deputado José Miguel falou do assunto, eu não abordei essa situação, mas queria fazer uma nota muito breve, para completar tudo aquilo que disse; temos na região algo que parece absolutamente, ou tínhamos, felizmente hoje já não temos, mas tínhamos uma situação relativamente anacrónica, que era a circunstância de estarmos a ser utilizados, a região, neste caso Coimbra, como uma espécie de caixote do lixo de Inglaterra e de Itália, e vou explicar porquê, porque temos a



Assembleia Municipal

Cimpor que tem licenciamento para co-incineração e que estava a receber, durante anos e anos a fio, resíduos de Itália e de Inglaterra para co-incineração, e com essa importação de resíduos que eram entregues gratuitamente, deixou de fazer a co-incineração daquilo que era produzido ao nível da ERSUC. Penso que por aquilo que disse, presumo que tenha esse conhecimento também, aquilo que entra na co-incineração, contribui para os objectivos do cumprimento das metas; esses resíduos que vão para co-incineração, não entram no aspecto penalizador daquilo que vai para aterro e isso para a região seria muito significativo, particularmente naquilo que tem a ver com o Sistema Multimunicipal da ERSUC. Felizmente, e aqui é uma nota de apreço e de felicitação à anterior Secretária de Estado do Ambiente, que num momento em que se percebeu que este circuito de lixo a nível internacional, estava inclusivamente a permitir que fosse descarregado no país lixo ou resíduos perigosos e, em boa hora, a antiga Secretária de Estado do Ambiente determinou um Despacho em que proibiu a importação de resíduos sólidos urbanos; isso está ainda no âmbito judicial, particularmente por parte de Inglaterra, mas essa importação deixou de acontecer. Faço esta introdução para dizer que neste momento estamos em articulação, ao nível da CIM, com a ERSUC, para repor, junto da CIMPOR a utilização dos resíduos que permitem a co-incineração e gerado na ERSUC, porque isso contribuirá também para o cumprimento das metas que referiu na sua intervenção.”-----

ORDEM DO DIA

-----**PRIMEIRO:** Apreciação e votação da **Acta da Sessão Ordinária nº 4**, realizada no dia **03 de Setembro de 2022**.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 7 abstenções e 28 votos a favor, aprovar a acta nº 4/2022, da sessão ordinária realizada no dia 03 de Setembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**SEGUNDO:** Tomada de Posse, como membro efectivo na Assembleia Municipal de Arganil, do senhor deputado da bancada do Partido Social-Democrata, **Bruno Alexandre Afonso Costa**.-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para “acrescentar àquilo que disse o Senhor Presidente da Câmara, relativamente ao Dr. Horácio Afonso, que como sabem, por motivos de saúde pediu a sua substituição, e



Assembleia Municipal

será o senhor deputado Bruno Costa que o irá substituir. Bruno Costa a quem saudamos e a quem desejamos um bom mandato. Contamos com o seu empenho, a sua pro-actividade e o seu conhecimento.-----

-----Ao Dr. Horácio desejamos as melhoras, e agradecemos todo o trabalho desenvolvido nesta Assembleia e no concelho.”-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal leu a acta de tomada de posse do senhor deputado Bruno Costa, que foi assinada no final, por ambos.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 35 votos, aprovar a tomada de posse do senhor deputado Bruno Alexandre Afonso Costa, como membro efectivo da bancada do Partido Social-Democrata, na Assembleia Municipal.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**TERCEIRO: Designação de um cidadão eleitor para integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Arganil (CPCJ) (alargada)**, nos termos da alínea l) do nº 1 do artigo 17º da Lei nº 147/99, de 1 de Setembro, na actual redação.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que foi apresentada uma proposta da bancada do Partido Social-Democrata, com o nome de Pedro Alexandre Pinto Alves.-----

-----A Assembleia Municipal, após votação por escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com 32 votos a favor, 2 votos em branco e 1 voto nulo, designar o cidadão Pedro Alexandre Pinto Alves, para integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Arganil (CPCJ) (alargada), nos termos da alínea l) do nº 1 do artigo 17º da Lei nº 147/99, de 1 de Setembro, na actual redação.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**QUARTO: Apreciação e votação da proposta do Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima (PAESC)** no âmbito da adesão do Município de Arganil ao Pacto de Autarcas, nos termos da alínea h) do nº 1 do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redação.-----

-----Presente o Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima (PAESC) no âmbito da adesão do Município de Arganil ao Pacto de Autarcas, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à acta.-----



Assembleia Municipal

-----Presente ainda a informação técnica INF/DDES/246/2022, cujo teor se transcreve na íntegra:-----

-----Exm^a Sr. Vice Presidente-----

-----Considerando que:-----

-----1 - Constitui objetivo estratégico da Rede de Aldeias Históricas de Portugal, elevar a classificação patrimonial do conjunto para níveis nacionais e internacionais e para atingir esse objetivo, decidiu-se pela necessidade de Planos de Ação para a Energia Sustentável e Clima (PAESC) específicos, para cada uma das Aldeias da Rede;-----

-----2 – O Plano de Ação para Energia Sustentável e Clima (PAESC) foi desenvolvido pelas Aldeias Históricas de Portugal – Associação de Desenvolvimento Turístico, enquanto promotora do Pacto de Autarcas no âmbito da Rede das AHP, em parceria com o Município de Arganil, signatário do respetivo Pacto. Sob proposta da Câmara Municipal de 18.01.2022 foi levado a Assembleia Municipal de 26.02.2022, que deliberou aprovar a adesão do Município de Arganil ao Pacto de Autarcas para o Clima e Energia – Europa. Este Plano especificamente dirigido à Aldeia Histórica de Piódão enquadra-se estrategicamente no Pacto de Autarcas Global para o Clima e a Energia, no Pacto Ecológico Europeu, no Plano Nacional de Energia e Clima, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 53/2020 de 10 de Julho, no Roteiro para Neutralidade Carbónica 2050, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 107/2019 de 01 de julho, no Compromisso para o Crescimento Verde e na Estratégia AHP 2020 e Referencial AHP/Plano de Gestão AHP. Por outro lado, as autarquias locais programam e executam políticas climáticas no âmbito das suas atribuições e competências, assegurando a sua coerência com os instrumentos de gestão territorial (conforme alínea e) do art.º GGQ.004.00 8º e nº 1 do art.º14º da Lei de Bases do Clima, aprovada pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;-----

-----3 – O Plano para a Energia e Clima – Europa tem como missão contribuir para a concretização de medidas que visam uma progressiva diminuição da intensidade carbónica e energética da Rede das AHP, trabalhando com a comunidade e agentes económicos, reforçando o capital de conhecimento e capacidade de intervenção especializada e, assume como visão estratégica AHP: uma rede urbana sustentável e pioneira no seu contributo para o crescimento verde nos territórios de baixa densidade. Acrescem a missão e visão, os componentes estratégicos, objetivos, compromissos associados a um plano de ação melhor explicitados, no documento que se anexa e se dá integralmente por reproduzido.-----

-----4 – O limite para a ARU (Área de Reabilitação Urbana) de Piódão engloba a maioria do aglomerado urbano, (Imóvel de Interesse Público - IIP, classificado pelo Decreto nº 95/78 publicado no DR, I Série, nº 210, de 12.09.1978), no sentido de dar coerência e reforçar a estratégia de proteção do património material e imaterial. Esta valorização compreende-se no contexto da Operação de Reabilitação Urbana (em curso) Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Aldeia Histórica de Piódão,



Assembleia Municipal

sendo certo que corre termos o procedimento de alteração da classificação da Aldeia Histórica de Piódão, que integra a Rede das Aldeias Históricas, de Imóvel de interesse público (IIP, classificado pelo Decreto nº 95/78 publicado no DR, I Série, nº 210, de 12.09.1978) para Monumento Nacional (MN) e definição da respetiva ZEP, ao abrigo do nº 2 do artigo 31º da Lei nº 107/2001, de 8 de setembro. Classificação que se encontra justificada quer pelo valor do património histórico, artístico, arqueológico e arquitetónico, quer pela sua morfologia e estruturação urbana.-----

-----Neste contexto destacam-se um conjunto de Medidas nele preconizado, que têm em vista garantir o cumprimento de metas de redução das emissões de CO2 almejadas, havendo para tal necessidade de a par com a Autarquia, envolver a sociedade civil a participar no referido plano, respeitando para tal os setores e categorias previstas no documento.-----

-----Assim ao abrigo do disposto na al.a), do nº 1 do artigo 33º, na al. H), do nº 1 do art.º25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e nas demais normas acima referidas proponho que a Câmara Municipal delibere:-----

-----Aprovar a proposta de Plano de Ação para Energia Sustentável e Clima (PAESC) da Aldeia Histórica de Piódão, que se anexa, para posterior submissão à Assembleia Municipal para aprovação.-----

-----À Consideração Superior-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para explicar que “este processo surge na sequência daquilo que já foi deliberado quer pela Câmara, quer pela Assembleia Municipal, em Janeiro e Fevereiro deste ano, respectivamente; este Plano é uma fase seguinte desse processo que então aqui decidimos e está intimamente relacionado com o objectivo que está a ser trabalhado ao nível da Associação das Aldeias Históricas, de elevar a classificação patrimonial do conjunto das aldeias para níveis nacionais, e de nível nacional estamos a falar de Monumento Nacional e Nível Internacional, e outras questões já se colocam mais difíceis mas a questão da UNESCO é algo que também não está completamente afastada. Este Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima, para além dos objectivos relacionados com a eficiência energética, está também relacionado com esta pretensão de elevação da classificação da Rede das Aldeias Históricas para outros patamares.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Fernando Vale** para referir que “neste Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima é referido que o Município de Arganil aderiu ao Pacto de Autarcas para o Clima e Energia, constatando-se que esta se formalizou no final de Fevereiro do presente ano, com compromissos nos eixos da mitigação, adaptação e pobreza energética. Ora, os signatários deste Pacto, partilham uma visão para 2050, no sentido de acelerar a descarbonização dos seus territórios, fortalecer a sua capacidade para se adaptarem aos impactos inevitáveis das alterações climáticas e permitir que os cidadãos tenham acesso a uma energia segura, sustentável e acessível. E para implementar esta visão, são assumidos



Assembleia Municipal

vários compromissos, entre eles o de estabelecer metas de médio e longo prazo, consistentes com os objectivos da União Europeia e pelo menos tão ambiciosas quanto as metas nacionais, com o objectivo de alcançar a neutralidade carbónica até 2050. Outros objectivos são a envolvimento com os cidadãos, as empresas e o Governo a todos os níveis para implementar esta visão, agir agora para enveredar pelo caminho certo e acelerar a transição necessária, e trabalhar em rede com outros autarcas e líderes locais para obter inspiração uns nos outros. Eu deixo aqui uma pergunta, que ações vai o município de Arganil tomar num curto médio e longo prazo, para cumprir estes compromissos, porque são compromissos que não são circunstanciados à aldeia histórica do Piódão, são compromissos com o Pacto de Autarca, que assume compromissos para o território do concelho de Arganil e não apenas para a aldeia histórica do Piódão. Também propôr duas correções: na tabela 1 da página 10, onde se lê Bombeiros Voluntários do Piódão, deve ler-se Bombeiros Voluntários de Côja e na página 46, ponto 5.3, linha dois, onde se lê forçamento radioativo, deve ler-se forçamento radiactivo. Como propostas, referimos que achamos um pouco estranho porque na página 35 deste Plano é referido que o ano base de referência considerado é de 2011, último ano de registos censitários em que todos os indicadores estão disponíveis, com detalhe e desagregação necessária. Estando os dados definitivos de 2021, disponibilizados, consideramos que se deve realizar um esforço, no sentido de este Plano de Ação ser actualizado com os dados de 2021, porque entendemos que um desfazamento de 11 anos na informação de base para o cálculo do inventário das emissões, torna este exercício incoerente pela sua desactualização. Também uma outra proposta que aqui deixamos é referente à antecipação das metas, porque o Primeiro-Ministro, no seu discurso na COP 27, na Conferência de Mudança Climática de Sharm El-Sheikh, no Egipto, não só reafirmou as metas ambientais assumidas por Portugal em 2016, em Marraquexe, tendo sido Portugal o primeiro país do Mundo a assumir esta meta, como também anunciou as novas metas que resultaram da publicação da Lei do Clima, aprovada na Assembleia da República, antecipando-as para 2045; pelo que propomos que as metas deste Plano possam igualmente ser antecipadas para 2045.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para referir que “há aqui questões que são de metodologia, face àquilo que foi agora questionado; há aspectos práticos que têm a ver com o momento em que o documento foi elaborado; este documento não surgiu agora, está aqui para apreciação na Assembleia Municipal, depois da publicação dos resultados definitivos dos censos de 2021, mas não foi elaborado, como é óbvio, depois dessa publicação definitiva e da disponibilidade da informação desagregada. Estamos a falar de algo que tem uma data inicial de elaboração, como podem verificar na ficha técnica, de Março de 2022, que foi posteriormente objecto de algumas discussões, mas ainda sem a questão da publicação dos Sensos em termos definitivos. A sugestão que faz, posso questioná-la do ponto de vista de actualização deste documento, se é possível ou não; naturalmente que concordo com o princípio de que devemos trabalhar com base na



Assembleia Municipal

informação tão actualizada quanto possível, resta saber se a equipa que foi contratada pelas Aldeias Históricas num determinado pressuposto, está disponível para isso ou não, mas concordo com a sua sugestão e apresentá-la-ei junto da Associação das Aldeias Históricas. Naquilo que tem a ver com os compromissos e com as ações, penso que por aquilo que disse, tenho presente que estamos a falar de um processo que iniciámos muito recentemente; o objectivo para 2050, que começámos a trabalhar em Fevereiro deste ano, naturalmente que implica reflexão, implica planeamento, e neste momento não temos ainda esse caminho definido, mas queremos que as metas sejam rigorosas, porque é muito fácil estabelecer objectivos para 2045, mas convém que eles sejam também sérios, do ponto de vista da sua calendarização e que as várias fases desses objectivos sejam cumpridos. São estas notas que posso acrescentar e dizer que o documento que temos que apreciar hoje, positivamente ou negativamente, é este, sem prejuízo da iniciativa que tomarei, de solicitar a actualização deste documento à equipa que o elaborou.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 35 votos, aprovar a proposta do Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima (PAESC) no âmbito da adesão do Município de Arganil ao Pacto de Autarcas, nos termos da alínea h) do nº 1 do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redação.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**QUINTO:** Apreciação e votação da **Adenda ao Contrato Programa nº 06/2022, celebrado com a Junta de Freguesia de Sarzedo**, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redação.-----

-----Presente a Adenda ao Contrato Programa nº 06/2022, celebrado com a Junta de Freguesia de Sarzedo, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----Presente ainda a informação técnica INF/DAGF SF/92/2022, cujo teor se transcreve na íntegra:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----

-----Em coerência com o solicitado e face ao disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que veio aprovar o novo regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, cabe atualmente à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações).-----



Assembleia Municipal

-----Neste sentido, compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibere sobre a forma de apoio às Freguesias e Uniões de Freguesias em causa, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à citada Lei 75/2013, de 12 de setembro, pelo que se remete a V.ª Ex.ª para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do referido anexo I, a minuta de adenda ao contrato programa n.º 6/2022 celebrado com a Freguesia de Sarzedo.-----

-----O Contrato Programa 6/2022 foi aprovado sob proposta da Câmara Municipal em sua reunião de 18 de abril de 2022, com a deliberação da Assembleia Municipal tomada em sessão de 25 de abril de 2022, no montante de 20.000€ (vinte mil euros), com o objeto de apoio à execução dos trabalhos de “Instalação de platibanda em inox e vidro temperado laminado na escola primária e a instalação de WC públicos no Largo do Outeiro (2ª fase).”-----

-----Anexo minuta da adenda ao contrato programa n.º 6/2022, cujo objeto será o apoio à execução dos trabalhos de “Instalação de WC públicos no Largo do Outeiro (2ª fase)”-----

-----À Consideração Superior,-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 35 votos, aprovar a Adenda ao Contrato Programa nº 06/2022, celebrado com a Junta de Freguesia de Sarzedo, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redação.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pomares ausentou-se da sala de reuniões, deixando de participar nos trabalhos.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs, uma vez que o PPI é indissociável do Orçamento da Receita e Despesa, que a discussão prévia dos pontos sexto ao nono fosse feita em conjunto, e no fim far-se-ia a votação em separado, como é obrigatório, tendo a proposta sido aceite por todos os deputados.--

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para dizer que “antes de dedicar as minhas palavras ao orçamento propriamente dito, gostaria de deixar algumas notas prévias:-----

-----Aquando da apresentação do orçamento para o ano de 2022 tive oportunidade de dizer que esperava que este fosse o ano que nos trouxesse a normalidade. A principal ameaça a essa data continuava a ser a Covid-19.-----

-----Apesar de no que à pandemia diz respeito termos caminhado no sentido da normalidade, 2022 fica longe de ser o ano normal. Ano normal esse que parece



Assembleia Municipal

tardar. Até que face à evolução positiva da pandemia a possamos deixar fora da equação, há que somar outros, bem complexos e imprevisíveis problemas. Os principais: uma guerra na Europa, uma inflação generalizada a nível mundial, mas que em Portugal atinge máximos históricos dos últimos 30 anos e que consequência uma subida das taxas de juros também elas a caminho de máximos históricos e ainda uma crise energética que teima em prolongar-se.-----

-----Muito motivadas pelos factores anteriormente referidos, as previsões económicas a nível nacional e mundial apontam para uma redução muito significativa da taxa de crescimento económico, não sendo possível sequer afastar o cenário de recessão. Para enquadrar 2023 retracto por exemplo as palavras do nosso Presidente da República, professor Marcelo Rebelo de Sousa. Cito: “2023 vai ser um ano muito mais difícil do que 2022”.-----

-----Numa índole diferente, mas também de alguma importância, gostaria de referir também que nos encontramos actualmente numa fase de transição de quadros comunitários em que se procura apressadamente o encerramento do PT 2020 e em que ainda se tenta perceber que linhas já estão disponíveis no PT 2030 e no PRR, a dita bazuca, bem como a que ritmo se conseguem aprovar e executar candidaturas.-

-----Passo agora ao orçamento propriamente dito.-----

-----Por definição, um orçamento é um documento previsional onde se vertem as expectativas para um determinado período. É a actual conjuntura o cenário óptimo para alimentar elevadas expectativas? Julgo que a resposta fica por demais evidente. Não, não o é. Não é o óptimo, mas é o possível e é sobre ele que temos que trabalhar.-----

-----Vejamos então o que nos é proposto pelo nosso executivo em termos orçamentais para o ano de 2023. Começemos pela sua dimensão. Quase 26 milhões de €. Valor este que marca um novo máximo histórico, ultrapassando em cerca de 1,5 milhões de € o orçamento apresentado para 2022. Sobre o valor da receita o que é que podemos dizer? De forma simplista, até porque não importa complicar, as principais rubricas de receita dos orçamentos municipais são por norma as verbas provenientes das transferências do estado central e as verbas provenientes das candidaturas efectuadas ao quadro comunitário. Sendo as verbas transferidas pelo estado central verbas que não permitem muito mais que a continuidade da gestão corrente e que se encontram ainda diminuídas pela quebra da receita fiscal no período de pandemia, fica evidente a preocupação do nosso executivo em conseguir dar dimensão ao orçamento municipal através da aprovação de candidaturas ao quadro comunitário. Sobre este capítulo em particular, permitam-me que faça um parêntesis para dar nota do histórico francamente positivo que Arganil tem no que à obtenção e utilização dos fundos comunitários diz respeito. Se dito por mim pode ser facilmente considerado tendencioso, vejamos os rasgados elogios tecidos por parte de dois últimos membros do governo socialista que visitaram Arganil: o Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, Dr. Carlos Miguel do qual cito “Arganil tem tido um excelente desempenho do que tem sido o investimento



Assembleia Municipal

municipal que teve uma execução de 84% que compara com média da região que é de 52%” e a Ministra da Coesão Territorial, Professora Dr.^a Ana Abrunhosa, da qual cito “Saúdo a capacidade do município não só na captação de fundos europeus como na sua realização” “tem uma taxa de realização de 87 por cento”, o que “infelizmente não está ao alcance de todos os municípios” Em projectos desta natureza, “é talvez o melhor exemplo que nós temos no aproveitamento da disponibilidade dos fundos europeus”.-----

-----Se é esta a melhor forma, e talvez a única forma possível para alargar o orçamento municipal e poder investir mais dinheiro nos nossos territórios, e se somos reconhecidamente bons a fazê-lo, há que acreditar que o vamos conseguir continuar a fazer devidamente e é essa a expectativa vertida neste orçamento.-----

-----Há também do ponto de vista da receita a inclusão em sede de orçamento dos valores resultantes do processo de transferência de competências na área da educação. Dizer que o orçamento municipal cresce também por via disso mesmo é factual. Factual, mas também demasiado redutor. Se é um facto que a receita municipal se vê fortalecida com esta assunção dos valores daqui provenientes, é fundamental recordar o papel muito activo que o nosso município teve na contestação à suborçamentação inicialmente programada pela nossa governação para que não estejamos hoje a levar a aprovação no orçamento para 2023 mais despesa que receita neste processo de transferência de competências.-----

-----Se por traços largos é este o desenho da receita, onde é que nos propõe o nosso executivo que seja gasto este dinheiro? Vejamos de forma mais ou menos sucinta:-----

---Na Educação: intervir nos edifícios escolares dotando-os de mais e melhores condições, o assegurar transportes escolares gratuitos, o fornecimento de refeições, o prolongamento de horários, o plano de prevenção do abandono escolar. Mais e melhor educação. Jovens mais e melhor formados.-----

---Na Acção Social: As iniciativas Arganil Solidária, ABEM o Fundo para o Asilo, a migração e a integração. Mais e melhor igualdade.-----

---No Ordenamento do Território: A reabilitação da galeria hidráulica, a reabilitação do espaço público, a estratégia local de habitação. Mais e melhores equipamentos públicos, mais e melhor qualidade de vida.-----

---No Saneamento, Abastecimento de Água, Resíduos Sólidos e Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza: a continuidade da melhoria dos sistemas de captação, armazenamento e distribuição de água para consumo humano, o prolongar e melhorar da rede de saneamento, a recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos, a retirada dos bio-resíduos do lixo indiferenciado. Mais e melhores serviços essenciais, mais e melhor qualidade de vida e sustentabilidade.-----

---Na Cultura: A requalificação da capela do Senhor da Agonia e instalação do núcleo de Arte Sacra em Arganil. Mais e melhor cultura. Mais e melhor atractividade.-

---No Desporto, Recreio e Lazer: A intervenção no parque de campismo do Sarzedo e em diversas zonas balneares. O apoio ao associativismo cultural, desportivo e



Assembleia Municipal

recreativo. O rally de Portugal 2023. Mais e melhores infra-estruturas eventos e associações. Mais e melhores benefícios sociais, satisfação, qualidade de vida.-----

---Na Indústria: A área de acolhimento empresarial da Relvinha infra-estruturada com condições de excepção a nível regional e a sua promoção. Mais e melhor economia e emprego.-----

---Nos Transportes Rodoviários: A continuidade da requalificação da rede viária municipal, a promoção das acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada. Mais e melhor segurança e conforto.-----

---No Turismo: A valorização turística da Peneda da talhada, a substituição da ponte suspensa de Foz D'Égua, a promoção da Ficabeira, Feira das Freguesias, Noites de Verão. Mais e melhores locais e eventos, mais turismo mais diversão.-----

---No Comércio: O bairro comercial digital. Mais e melhor comércio, mais e melhor economia local.-----

---Na Política Fiscal: o IMI na taxa mínima legal, a devolução do IRS aos contribuintes Arganilenses, a derrama zero para as nossas empresas. Menos impostos, mais rendimento disponível nas pessoas e empresas.-----

-----Resumidamente, este orçamento prevê na execução da despesa uma lógica de continuidade das políticas seguidas ao longo dos últimos anos, promovendo continuamente investimentos e decisões de base estrutural procurando oferecer mais e melhor a Arganil. Mais e melhor território, educação, saúde, emprego, rendimentos, qualidade de vida.-----

-----Numa nota diferente, permitam-me partilhar convosco que é com satisfação que vejo pela primeira vez desde que tenho assento nesta Assembleia Municipal levar a votação um orçamento que não tenha sido votado negativamente pela oposição em sede de reunião de câmara. Tal situação, que muito me agrada, significará certamente que alguma coisa este orçamento terá de positivo e consequentemente que alguma melhoria é reconhecida pela nossa oposição ao trabalho do executivo municipal.-----

-----Se como disse o físico dinamarquês Niels Bohr “fazer previsões é difícil, especialmente sobre o futuro” num período tão instável quanto o que vivemos e que comecei por retractar no início desta minha intervenção, sê-lo-á ainda mais. Enquanto arganilense, agrada-me sentir, através dos números e dos objectivos que este orçamento nos propõe, a audácia, a confiança e a vontade de continuar a fazer mais e melhor trabalho.-----

-----Para terminar, permitam-me que vos diga que gosto muito da capa deste orçamento. Imponente capa. Mas não é a capa que o faz merecer aprovação. É o seu conteúdo. Aprove-se. Obrigado.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Fernando Vale** para referir que “a bancada do Partido Socialista tem uma série de perguntas e de pedido de esclarecimentos, relativamente à informação que consta do documento do Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Arganil para 2023.-----



Assembleia Municipal

-----Vou começar pelo Diagnóstico das Necessidades e Carências, relacionadas com a Habitação das famílias do concelho, que suporta a Estratégia Local de Habitação, participada no âmbito do PRR, onde se refere um montante de 404.700,00€ e a reabilitação de seis fracções habitacionais no Bairro de Côja; gostaríamos de saber quantas habitações com necessidade de reabilitação foram identificadas e que tipo de intervenções irão ser realizadas e se existem mais habitações, para além destas 6 fracções que estão identificadas no documento. Na intervenção de Conservação e Valorização Turística do Património Natural da Peneda Talhada, é referido que já teve início em 2022 e da qual vai resultar uma nova Zona Balnear, com proximidade à sede do concelho; gostaríamos de saber que intervenções foram, de facto, realizadas em 2022. A páginas tantas, o documento refere uma receita com os Serviços de Água, Saneamento e Resíduos Urbanos, que apresentou à ERSAR em Outubro de 2022 uma proposta de alteração tarifária a vigorar em 2023; gostaríamos que o Senhor Presidente explicasse qual foi a proposta realizada à ERSAR.-----

-----No que se refere especificamente ao Orçamento para o ano de 2023, no âmbito da Receita, a classificação económica 0.51005, referente a Bens do Domínio Público, tem inscrita uma verba de 590 mil euros; gostaríamos de saber a que se refere. Na classificação económica 0.51099 referente a Outros, tem inscrita uma verba de 505 mil euros; gostaríamos de saber a que se refere, pois não conseguimos descortinar no documento das Grandes Opções do Plano. A classificação económica 0.90101 referente a Sociedades e Quase Sociedades Não Financeiras, tem inscrita uma verba de 250 mil euros; gostaríamos de saber a que se refere. A classificação económica 130.199, referente a Outras, tem inscrita uma verba de 138.850 euros; gostaríamos de saber a que se refere esta verba.-----

-----Relativamente ao documento das Grandes Opções do Plano, é referida a aquisição de terrenos no valor de 35 mil euros em 2023, um investimento que depois é repetido nos anos subsequentes, de 2023 a 2027, num valor total de 288.087,00€; gostaríamos de saber que terrenos é que o município de Arganil pretende adquirir. Relativamente a viaturas, é referida uma verba de 75 mil euros em 2023, investimento que é repetido nos anos subsequentes, atingindo uma verba de 390.304,00€, de 2023 a 2027; gostaríamos de saber se as viaturas que o município pretende adquirir são viaturas híbridas, ou eléctricas, contribuindo para a descarbonização do município, como já aqui discutimos. Nos Serviços de Consultoria Jurídica é referido um valor de 100 mil euros em 2023, valor que se repete aproximadamente nos anos subsequentes até atingir uma verba de 520.444,00€ até 2027; gostaríamos de perguntar ao Senhor Presidente o que justifica tão avultada verba relativamente a estes serviços, com um valor anual tão elevado. Também é referido Actividades de Animação e Apoio à Família; gostaríamos de saber em que consistem estas actividades. No Sistema de Mobilidade, um investimento de 385 mil euros em 2023, que atinge um valor, no período de 2023 até 2027 de cerca de dois milhões de euros; em que é que consiste este Sistema de Mobilidade. Temos



Assembleia Municipal

também uma referência a FAMI, no valor de 68 mil euros; também gostaríamos de saber a que se refere este investimento. Relativamente a Recolha Bio, um valor de 42.980,00€ apenas está identificado um investimento no ano de 2023; gostaríamos de perguntar ao Senhor Presidente se este investimento será repercutido nos anos seguintes ou se é para ser aplicado apenas no ano de 2023. Na Dinamização da Lomba do Canho, um investimento de 655 mil euros; este é um dos projectos do Orçamento de 2022 que não foi executado e verificou-se um aumento, de 530.500,00€ para 655.000,00€; saber o que motivou este aumento de investimento de 2022 para 2023. Zonas Balneares de Foz d'Égua, Casal Novo e Praias Fluviais, um valor de 106 mil euros; fazemos votos para que, desta feita, seja concretizado, depois de se verificar também um aumento desta rubrica, o que saudamos, de 105 mil euros em 2022 para os 106 mil euros para 2023; perguntar se será desta que este investimento será concretizado. Também estranhámos o valor que está consignado à substituição da ponte suspensa de Foz d'Égua, no valor de 70 mil euros, mas é um valor que se repete até 2027 e atinge um valor total de 364.284,00€; perguntar ao Senhor Presidente o que justifica esta repetição do investimento ao longo dos anos, nesta ponte. No que se refere à Conservação e Valorização Turística do Património Natural da Peneda Talhada, que também já referi, num valor de 155 mil euros, qual é a razão da repetição deste investimento no período de 2023 – 2027, que atinge um valor total de 806.626,00€; todos os anos tem um investimento aproximado de 155 mil euros. Na Promoção do Sucesso Escolar e Redução e Prevenção do Insucesso e Abandono Escolar, perguntar ao Senhor Presidente qual é o sucesso esperado de um projecto que tem uma dotação de apenas 14.594,00€, numa área tão importante como esta. Também perguntar ao Senhor Presidente, relativamente ao Projecto da Viabilidade da Variante da EN 17, em que consiste este projecto. Por fim, na Política Intermunicipal de Habitação, também saber em que consiste este projecto. Nos processos judiciais em curso, questionar relativamente ao processo 464.10.4BECDR; está identificada uma ação administrativa, foi realizado um julgamento, foi proferida sentença, foi interposto recurso e aguarda decisão. O valor da ação é de 567.137,54€; gostaríamos que o Senhor Presidente nos informasse acerca do teor da sentença na primeira instância relativamente ao valor a que o Município de Arganil foi condenado a pagar ao empreiteiro.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Rodrigo Oliveira** para dizer que “tenho duas questões para colocar sobre as GOP. Uma delas vai no sentido da rubrica 006 Comércio e Turismo; gostaríamos de saber mais informações sobre o projecto Bairros Comerciais Digitais, o que é concretamente e o que vai ser implementado segundo este projecto, porque segundo consta no PRR este tipo de projectos visam a transição digital do comércio e serviços e nas GOP está indicado que este projecto visa a requalificação dos espaços verdes, espaços de lazer, etc; ou seja, em termos digitais, concretamente dito, não é nada mencionado; gostaríamos de saber o que consta deste projecto. Também sobre os processos judiciais em curso, há aqui algo



Assembleia Municipal

que me deixou surpreso, eu contei 49 casos de processos judiciais de expropriações; gostaria de saber a razão do município estar envolvido em processos judiciais desta natureza e saber como estão estas ações, se já estão decididas ou não, se é favorável ao município ou às pessoas que colocaram o município em Tribunal.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para referir que “relativamente às palavras do senhor deputado Christophe Coimbra, quero agradecer a sua intervenção que me poupa de forma significativa aquilo que podia ser a minha exposição. Queria sublinhar alguns dos aspectos que referiu, nomeadamente aquilo que tem a ver com o aumento do Orçamento para 2023, face ao Orçamento de 2022, que é matemático, resulta do processo de descentralização na área da Educação e nos valores que estão associados a esse processo, que como diz o Presidente da Câmara Municipal do Porto, e eu associo-me, trata-se de um processo que visa transformar os municípios e os autarcas em tarefeiros do Governo; vale um milhão e meio de euros. Em relação à questão da sub-orçamentação do processo de descentralização, como disse, efectivamente, houve uma aproximação àquilo que são as reivindicações dos municípios. Agradeço as suas palavras relativamente à pequena intervenção que tive, mas a este respeito quero invocar, uma vez mais, o nome e a função do Presidente da Câmara Municipal do Porto, porque objectivamente foi o único autarca que teve capacidade para colocar este assunto na ordem do dia e que fez as coisas mexerem relativamente a um processo que juntou os partidos do Centrão, que os pôs de acordo de uma forma absolutamente negativa e penalizadora para os municípios. Por isso uma palavra de apreço muito grande para o Presidente da Câmara Municipal do Porto, que foi fundamental e essencial de algumas correções de tantas injustiças que este processo congrega. Associar-me a uma nota que fez, que é uma questão porventura ideológica, mas é aquela em que acreditamos, menos impostos significa mais rendimento disponível para as pessoas, mais rendimento disponível para as empresas, para poderem fazer investimento; infelizmente não é essa a perspectiva que acontece no Estado da Nação, em que vemos recordes de cobrança de impostos como nunca antes se tinha visto, sem haver um mínimo esforço de devolver esses impostos a quem os pagou. Mas queria associar-me a essa percepção, a essa perspectiva, que tem relativamente a esta matéria. Acerca das previsões, não tomei nota de quem foi a pessoa que emitiu essa frase emblemática, de que as previsões são difíceis principalmente em relação ao futuro, eu diria que no nosso país temos algo equivalente, foi o famoso João Pinto que em determinado momento disse que prognósticos só no fim do jogo; é a mesma coisa.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Fernando Vale, identificou um conjunto de rubricas que não tive capacidade para apontar na sua totalidade, por isso pedia-lhe que fizesse chegar uma nota com as questões que pretende clarificar e eu envio depois aos serviços e estes enviam a resposta; boa parte das situações que colocou são muito específicas e não tenho forma de responder agora. Mas em relação às questões de que consegui tomar nota, acerca do diagnóstico relacionado



Assembleia Municipal

com a habitação, ser-lhe-á facultado, enviaremos entretanto a documentação que existe relativamente a esta matéria. Acerca da Peneda da Talhada é uma intervenção que como consta, e bem, do documento, está a decorrer, teve o seu início, terá intervenções ainda durante o mês em curso e aquelas que não forem realizadas este ano transitam para o próximo ano; é um processo que está a decorrer com alguma normalidade e que está ainda a empreitada com o seu prazo perfeitamente enquadrado. Quanto à ERSAR, tenho ideia que o parecer chegou ontem, entretanto faremos o seu reencaminhamento, mas destaco desde logo como aspectos recomendatórios da ERSAR a cobertura dos custos, dos gastos, recomendação com a nota muito clara de que o incumprimento das recomendações constitui violação das normas que estão definidas e a consequente penalização para as entidades gestoras; mas durante a próxima semana facultaremos a todos este parecer, para ficarem com informação. As outras questões, pedia-lhe que enviasse nota com identificação destas rubricas acerca das quais pretende informação. Acerca da aquisição de terrenos, já tinha dito isto em sede de reunião de Câmara, é um valor estimado que tem a ver com aquilo que tem sido o histórico, não tem a ver com nenhuma situação concreta, mas perspectivamos como provável que num momento ou outro exista a necessidade de comprar não será bem um terreno, estou a lembrar-me de uma situação de que estamos agora a tratar em Vale do Carro, União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, que tem a ver com uma pequena habitação, de forma a permitir o alargamento da via, numa zona em que ela é afunilada; é apenas um exemplo. A questão dos anos futuros tem a ver com a média dos anos passados, não há nenhuma situação sinalizada. Idêntica situação se aplica em relação as viaturas. Em relação à consultadoria jurídica, não concordo com a opinião que manifestou, são os valores que são necessários e que têm retorno para o município e é nessa medida que este assunto é avaliado. Acerca da questão da Animação de Apoio à Família, são as AAAF, é algo que está regulamentado, é uma resposta para os alunos, tem a ver com essa componente que temos contratualizada com a Segurança Social e numa outra componente, com a área da Educação. O Sistema de Mobilidade identifica os valores relacionados com os transportes; já tomámos decisões neste fórum acerca dessa temática, o concurso cujos documentos aqui aprovámos em tempo, a ser promovido pela CIM, não teve um bom resultado e por isso as peças contratuais estão neste momento a ser objecto de revisão, tendo em vista uma repetição deste procedimento e a perspectiva é que ele possa estar concluído até Junho do próximo ano; há um valor nesta matéria que tem a ver com este processo da CIM, há outro que até essa altura relativo às indemnizações compensatórias é tratado pelo município; são valores relacionados com o sistema de transportes públicos. Acerca do FAMI, trata-se de uma candidatura que está em execução, relacionada com o acolhimento dos migrantes. Em relação à Recolha Bio é a mesma coisa, uma candidatura que foi submetida e foi entretanto aprovada e se houver entretanto outras candidaturas serão projectos que aparecerão em momentos posteriores. Em relação à Lomba do Canho, na sequência dos



Assembleia Municipal

pareceres que foram recepcionados, por parte da Direção Regional da Cultura do Centro, houve necessidade de fazer alguma reformulação dos projectos para a Lomba do Canho; é essa a principal questão que motiva a alteração de valores, mas é também o acomodar daquilo que é a realidade actual do mercado, pois quem acompanha ainda que à distância, sabe perfeitamente que há aumentos significativos abissais mesmo, naquilo que tem a ver com os preços de empreitada, que estão com aumentos exponenciais face àquilo que acontecia no passado. Sobre as Praias Fluviais, quero reiterar o objectivo estratégico que temos, de completar, de dinamizar a rede de Praias Fluviais. Acerca da ponte suspensa de Foz d'Égua, sim, está aí um lapso, em relação aos valores que se repetem para os anos futuros; peço-lhes que desconsiderem os valores que estão referidos nesse documento para os anos de 2024 e seguintes, porque não são para considerar, pois contamos que esta intervenção seja concretizada durante o ano de 2023. No que tem a ver com a nota que fez acerca da promoção do sucesso escolar, o valor que está identificado é o valor da comparticipação do município no âmbito de um projecto abrangente para todo o território da Comunidade Intermunicipal, uma grande candidatura que não é pequena, com dois milhões e meio de euros de investimento na promoção do sucesso escolar e na prevenção do abandono, que tem comparticipação dos fundos comunitários; estes 14 mil euros é o valor de comparticipação do município. Acerca do projecto que está sinalizado como variante à EN 17, tem o mesmo enquadramento, é um projecto que estamos a desenvolver no âmbito da Comunidade Intermunicipal, e que visa fazer a ligação do nó de Ceira até ao IP3 e desejavelmente, e é por isso que estamos neste processo, ao IC6, algures entre o Silveirinho e S. Pedro de Alva ou entre Silveirinho e o nó do IP3; é esta via que, de certa forma, pretende colmatar a insuficiência ou a lacuna do projecto da auto-estrada Coimbra – Viseu ter ficado parada; o único corredor viável para esta auto-estrada Coimbra – Viseu era o designado corredor Sul, se esse designado Corredor Sul acontecesse, ficaria resolvido esta questão e portanto a ligação na continuidade do nó de Ceira com a aproximação a Poiares e à Lousã e com a intercepção do IC6, depois seguindo em direção a Viseu, daria resposta a esta pretensão, que não é só de Arganil, mas de um conjunto alargado de municípios onde tem destaque Poiares, Lousã e Góis que de certa forma ficaram ainda mais prejudicados que nós, com o abandono do projecto da auto-estrada Coimbra-Viseu. Dizer também que este projecto tem um Acordo de Colaboração celebrado com a Infraestruturas de Portugal e que comparticipam em 50% este projecto. Acerca da política da Habitação, entretanto remeteremos a documentação relacionada com esta temática, os diagnósticos que foram feitos, os estudos, será mais fácil para clarificar as questões que pretende. Em relação ao processo, que pelo valor, presumo que esteja relacionado com o Sub-Paço, não há ainda nenhuma decisão; como sabem todos, enquanto não existir uma sentença transitada em julgado, não existe decisão, é esse ponto que nos encontramos, sabendo que há valores que são reconhecidos pelo



Assembleia Municipal

município e há valores que são reclamados pelo empreiteiro, respeita à obra que não estava sequer executada, nalgumas componentes.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Rodrigo Oliveira, este projecto dos Bairros Comerciais Digitais, considera uma componente tecnológica é a componente crítica para este processo, mas também considera componentes de intervenção física; há aqui intervenções com as duas áreas a considerar, caso esta candidatura seja bem-sucedida; sabemos o que se passou na fase de admissão, mas este processo destas candidaturas do PRR tem estado significativamente atrasado; está esta, como está a do processo das Acessibilidades 360, na qual também na altura foi colocada uma pressão muito grande para a apresentação das candidaturas com um prazo temporal muito diminuto e de Março ou Abril para cá, não tivemos mais novidades acerca destes processos que queremos começar a executar. Em relação à questão das expropriações, fico surpreendido com a sua surpresa, porque aqui não há nada de novo, trata-se das parcelas que já foram aqui conversadas por diversas vezes, da Relvinha; das 318 houve 49 em que alguns proprietários acharam que tinham ali o Marquês de Pombal e condições para poderem infra-estruturar com aquilo que permite a zona do Marquês de Pombal em Lisboa, houve outros que pura e simplesmente já não aparece nenhum proprietário nem descendentes e portanto nesse processo, não havendo a possibilidade da compra, por via do direito privado, por não aparecerem, o único mecanismo que o Código das Expropriações admite é o prosseguimento do processo expropriativo. Tem a ver com isso. Como diz no Relatório, não há ainda nenhuma decisão relativamente a nenhum destes processos; estão a tramitar, do ponto de vista judicial.”-----

-----Pedi novamente a palavra o senhor deputado **Fernando Vale** para “agradecer os esclarecimentos que o Senhor Presidente prestou, faremos chegar então este rol de questões. Uma questão sobre a qual não fiquei esclarecido com a intervenção do Senhor Presidente, é relativamente à proposta de alteração tarifária a vigorar em 2023; essa proposta é no sentido de reduzir ou de aumentar as taxas? Pelo que tive oportunidade de ler no Orçamento e nas GOP para 2023, há uma redução do valor das rubricas referentes a água, saneamento e resíduos e por isso pergunto se esta proposta de alteração tarifária é no sentido de reduzir ou de aumentar as tarifas.”-----

-----Pedi a palavra a senhora deputada **Sara Pedroso** para abordar “uma questão que poderá ser de pormenor mas é uma área que também me é muito cara; no seguimento daquilo que o senhor deputado Fernando Vale mencionou, acerca da promoção do sucesso escolar, dizer que muito provavelmente em muitas outras rubricas do Orçamento, esta promoção já é feita, porque o sucesso escolar não é algo que se promova facilmente apenas com euros distribuídos, há aqui muita coisa que depende também de medidas de proteção e de apoio a nível central, medidas verdadeiramente inclusivas, até a nível da Educação, mas todo este apoio que é dado em termos de transportes, a promoção e o apoio das actividades desportivas,



Assembleia Municipal

dos apoios às famílias, ao seu bem-estar e à sua saúde, tudo isso já é promotor do sucesso escolar.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para “voltar um pouco atrás, àquilo que foi a intervenção do deputado José Miguel Nunes, naquilo que tem a ver com o problema que muito bem colocou em cima da mesa, sobre as metas de reciclagem versus as metas de não colocação em aterro, de resíduos; e basta dar este exemplo que me parece óbvio e que eu próprio assinali na intervenção que fiz há pouco que, do ponto de vista teórico, faz todo o sentido. O Governo, este Governo, aprovou um aumento significativo, exponencial, da taxa de gestão de resíduos, volto a dizer que é uma taxa administrativa que incide sobre cada tonelada de resíduos produzidos e não tem rigorosamente nada a ver com o tratamento, é uma mera taxa administrativa, para além da taxa do IVA, que também incide sobre esta matéria. E quando o Governo decide isto, do ponto de vista teórico, do ponto de vista daquilo que dizem os livros, é uma medida correcta; esta tarifa penalizadora vai ser transferida para o consumidor e o consumidor vai ter um desincentivo a colocar no lixo aquilo que deve colocar noutros sítios; portanto do ponto de vista teórico isto bate tudo certo, mas é preciso ter presente que quando se tomam estas decisões elas vão ter repercussão no consumidor; é esse o objectivo do Governo e é esse o objectivo do Regulador. Esse aumento tarifário, por essa componente, vai ter que acontecer. Em relação às demais componentes, abastecimento de água e saneamento, há, por aquilo que recordo, ligeiros acertos, que não terão impacto que tem esta situação ao nível dos resíduos sólidos. Ainda assim, para ficar como enquadramento total, esse parecer da ERSAR será entretanto distribuído por todos e é bom de perceber aquilo que é a intenção da ERSAR, quanto aos tarifários. Dizer ainda que independentemente do ajustamento que os tarifários venham a sofrer, continuaremos com os tarifários mais baixos de todos os municípios da área da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e dos mais baixos do país.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Fernando Vale** “apenas para referir um aspecto que me esqueci de mencionar, quando o Senhor Presidente referiu que o Governo atingiu o recorde de cobrança de impostos; eu vejo muitas vezes uma confusão entra carga fiscal e arrecadação de impostos. Hoje em dia temos taxas de desemprego historicamente baixas, as prestações sociais do Estado diminuíram consideravelmente, e a arrecadação fiscal, devido ao pleno emprego, ou próximo disso, aumenta significativamente a arrecadação de impostos. Já vi várias vezes a Oposição referir carga fiscal historicamente alta, a maior carga fiscal, mas não, foi sim a maior arrecadação fiscal de sempre, exactamente pela conjuntura económica que vivemos hoje em dia. Relativamente àquilo que o Senhor Presidente também referiu, de que não há o retorno para a população, devo dizer que o Orçamento de Estado para 2023 tem perspectivadas uma série de medidas que contraria aquilo que o Senhor Presidente disse, nomeadamente na valorização dos rendimentos de trabalho, no reforço das pensões e prestações sociais, no apoio aos jovens e



Assembleia Municipal

famílias com crianças, no apoio dos custos com habitação e transportes e na contenção dos preços de energia. Devo referir que o Acordo de Rendimentos que foi celebrado com os parceiros sociais, sustenta esta evolução dos salários, um acordo histórico que nunca foi alcançado na história democrática do nosso país. Portanto, julgo que aquilo que o Senhor Presidente acabou de referir, não traduz a realidade que o Governo já está a implementar e que pretende reforçar, com o Orçamento de 2023.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para referir que “não há nenhuma confusão, é exactamente a arrecadação recorde de impostos, arrecadação excessiva de impostos por parte do Governo, de facto resulta da conjuntura económica, mas é uma conjuntura económica que está marcadamente marcada, a redundância é propositada, pelo ciclo de inflação. Acho absolutamente imoral que numa altura em que as pessoas e as empresas estão a sofrer o impacto de um ciclo de inflação como há muito não se via, que seja o Governo a estar a arrecadar aquilo que é consequência dessa inflação. É curioso verificar que em Agosto o Governo já tinha superado a cobrança de impostos que previa para todo o ano de 2022 e depois há exercícios e exemplos que são muito concretos, e que eu queria colocar à consideração para se reflectir se é correcto ou se é incorrecto; aquilo com que nós estamos a ser confrontados e que aconteceu no mês de Março, desde logo com o aumento dos custos energéticos, particularmente da electricidade, foi termos uma situação em Março cujo valor de IVA pago ao Estado, foi superior ao valor agregado da electricidade de Fevereiro, de electricidade mais IVA. Também os municípios estão a contribuir de uma forma avassaladora para os seus orçamentos, para aquilo que foi esta cobrança excessiva de impostos e que este ano tem a ver quase exclusivamente com aquilo que é o ciclo de inflação que o país está a sofrer; não tem a ver com a dinâmica económica, tem a ver com a inflação.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para referir que “tenho que me associar às palavras que o Senhor Presidente agora utilizou; acho que há que diferenciar aquilo que resulta da manutenção de taxas de impostos sobre aquilo que deriva do aumento que a inflação nos gerou a todos e acho que isso é que é manifestamente injusto, saber que todos pagamos mais, e pagamos mais no preço base de qualquer bem que queiramos comprar e vamos pagar mais por consequência do IVA que vamos pagar; isto é por demais evidente. Acho que dizer que arrecadamos mais porque a economia está melhor, também, se os preços fossem os mesmos, se não tivéssemos esta inflação que todos suportamos. Também acho que não pode sair da equação aquilo que foram as medidas que o Governo nos deu, e falo em particular a nível empresarial, aquando do período de pandemia que tão difícil está a ser de ultrapassar; aquilo que nos foi permitido foi prazos de moratória e contrair endividamento; contrair endividamento que tem que ser pago e que tem custos muito superiores hoje e, por consequência da inflação, temos também a consequência do aumento das taxas de juro, e todos pagamos



Assembleia Municipal

muito mais. E haver esta interpretação de nível zero, preocupação para com a totalidade do tecido empresarial, não me parece de todo correcto, quando, e isto é real, se batem recordes de cobrança fiscal.”-----

-----Pedi ainda a palavra o senhor deputado **Fernando Vale** para dizer que “estes recordes de cobrança fiscal têm um propósito muito próprio, que é o de reduzir o défice, reduzir a dívida pública, que em 2022, atingiu os níveis de 2011; portanto nós reduzimos de 2021 para 2022 em 10 pontos e meio percentuais a dívida; no ano de 2020, em que fomos duramente fustigados pela pandemia, atingimos uma dívida pública de 134,9% do PIB e dois anos depois, reduzimos em quase 20% a dívida pública portuguesa. Isto é um feito assinalável e que nos posiciona previsivelmente, em 2023, abaixo da Espanha e equiparados com França. Outro dia ouvi Horta Osório, julgo que não é suspeito de ser um esquerdista, dizer que a estratégia do Governo é acertada e a partir do momento em que nós tenhamos uma dívida pública abaixo da dívida da Espanha ou da França, estaremos num nível absolutamente diferente. São palavras de um banqueiro insuspeito de ser adepto das políticas do Partido Socialista, mas que reconhece que a política económica e financeira do Governo está a ter bons frutos e está a ir no caminho certo.”-----

-----O senhor deputado **Christophe Coimbra** pediu novamente a palavra para referir que “isto parece-me que depende da forma como queremos olhar para as coisas e vamos dizer que isto na altura de Passos Coelho era um saque, era um problema. Também já ouvi alguém ligado à governação actual, dizer que agora as pessoas não saem do país por serem empurrados do país como foram pela governação social-democrata, agora emigram por opção, porque querem ir conhecer mundo. Isto é mais ou menos a mesma lógica; obviamente que percebemos que a dívida tem que ser paga e quando ela é contraída e quando somos pessoas sérias e sabemos que temos que pagar os nossos compromissos, não há forma de o fazer, particularmente em fases difíceis, sem sacrifício; não me parece é que isto seja diferente daquilo que foi feito no passado, quando as obrigações nos eram impostas dessa forma porque estávamos efectivamente de mão estendida, à espera que alguém nos pudesse dar dinheiro para a nossa subsistência.”-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu ainda que “se o tal propósito que aqui foi referido, de redução de dívida, fosse bem-sucedido, eu até era capaz de dar o meu voto de concordância, mas parece que isso não está a ter grandes resultados, porque se olharmos para aquilo que são os dados estatísticos, verificamos que desde 2017 para cá, não se verificou nenhuma diminuição da dívida, aliás, aquilo que nós vamos ter, pelos números provisórios que estão publicados, é 2022 como um ano com maior volume de dívida pública de sempre, nos 274 mil milhões.”-----

-----Teve novamente a palavra o senhor deputado **Fernando Vale** para dizer que “a dívida aumenta em valor, mas temos que comparar isto relativamente ao PIB; e relativamente ao PIB, a redução da dívida tem vindo a decrescer desde 2015; são



Assembleia Municipal

dados estatísticos; o senhor recorre aos dados estatísticos que lhe convém e eu recorro aos dados estatísticos do Banco de Portugal; quais são os seus? Isto é acessível a quem quiser consultar.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para dizer que “com este ping-pong que estamos a ter aqui, não chegamos a conclusão nenhuma, cada um tem a sua opinião; o senhor deputado falou em Horta Osório, eu por acaso lembro aqui o Teixeira dos Santos, que foi também Ministro da Economia e o que ele referiu em relação a toda essa componente; isto é um assunto nacional, podemos transpô-lo para nível municipal, mas é importante que tenhamos noção da dimensão de cada uma das coisas.”-----

-----Teve ainda a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** referindo que “termino o assunto dizendo que obviamente que a inflação também tem desempenho nestes dados, se quisermos analisar a dívida sobre o PIB, se a inflação for 20%, o nosso produto interno bruto vai crescer, certamente; não podemos é olhar para as coisas só com os dados que nos interessam, mas isto obviamente que reconhecemos que ocupando posições diferentes, temos interpretações diferentes, em função da fase histórica em que estamos.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Raul Martins** para referir que “isto não é uma questão opinativa, é uma questão conceptual e portanto uns estão a falar de stock de dívida outros estão a falar de dívida em percentagem do PIB; são questões diferentes. O stock de dívida está, de facto, a aumentar, eventualmente em percentagem do PIB, admitindo que a economia esteja extraordinariamente a caminhar no sentido positivo, pode diminuir, portanto acho que há aqui um problema. É evidente que gostaríamos todos de chegar a 60% do PIB em termos do volume de dívida e se estivermos a caminhar nesse sentido podemos fazer aqui uma plataforma de entendimento entre os dois conceitos eventualmente irmos almoçar e estarmos todos de acordo, que estaremos a caminhar no sentido certo, mas a meta dos 60% do PIB seria muito interessante mas enquanto o stock de dívida estiver a aumentar creio que estamos simultaneamente preocupados.”-----

-----**SEXTO:** Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redação, da **proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023.**-----

-----Presente um exemplar do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2023, acompanhado de memória descritiva e justificativa, que se dão por reproduzidos e que, depois de rubricados, vão ser arquivados na Secção Financeira.-

-----Neles se consigna, nomeadamente, que o total das Grandes Opções do Plano previstas para o próximo ano, ascende a 25.904.207,00€ e que se estima que o montante total de receitas seja de 25.904.207,00€, sendo 14.676.804,00€ de



Assembleia Municipal

receitas correntes e 11.227.403,00€ de capital e o montante das despesas em 25.904.207,00€, sendo 14.260.484,00€ de despesas correntes e 11.643.723,00€ de capital.-----

-----Terminada que foi a análise do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2023, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 28 votos a favor e 6 abstenções, aprovar a proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redação.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Fernando Vale** para referir que “a proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2023 integra, mais uma vez, a visão única da maioria que o concebeu, desrespeitando de forma reiterada, o princípio básico da Oposição Democrática, consagrado na Constituição da República Portuguesa e violando o disposto na Lei nº 24/98, de 26 de Maio, que aprova o Estatuto do Direito de Oposição. Como exercício de pedagogia democrática, insistimos na referência ao nº 3 do artigo 15 da referida Lei nº 24/98, que descreve que os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos, ou que neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade directa e imediata, pelo exercício de funções executivas, têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respectivos Orçamentos e Planos de Actividade, logo após a elaboração dos projectos de propostas e antes de serem colocados à votação, em reunião de Câmara.-----

-----O valor total do Orçamento Municipal previsto para o ano de 2023 ascende a 25,9 milhões de euros, cerca de 1,5 milhões de euros superior ao Orçamento de 2022, verificando-se um retorno ao aumento das verbas provenientes das transferências do Orçamento de Estado, no valor de 7.771.822,00€, o que representa um aumento de 508.341,00€ relativamente a 2022, e significando cerca de 30% do total do Orçamento Municipal.-----

-----Não sendo o Orçamento que o Partido Socialista apresentaria, com as limitações que identificámos no decurso da discussão quando se deu a votação, e que justificou o nosso sentido de voto, este é um Orçamento que apresenta falhas e suscita preocupações.-----

-----A Despesa Corrente aumentou cerca de 1,7 milhões de euros, relativamente a 2022, considerando ser necessária a redução da despesa corrente.-----

-----As verbas alocadas especificamente à Ação Social são muito pouco expressivas, resumindo-se a 4 projectos de escassa relevância orçamental; Arganil Solidária, APEM, FAMI e Idosos em Movimento, representando um valor global de 109.514,00€, menos 66.236,00€ relativamente ao Orçamento de 2022, o que



Assembleia Municipal

demonstra alguma falta de sensibilidade para com a franja da população mais desprotegida, sobretudo face à subida de preços na generalidade dos bens e serviços do índice de preços no consumidor e, em muitos dos casos, para além daquilo que se poderia esperar, face ao que são as pressões inflacionistas vindas da oferta.-----

-----A verba destinada à Cultura sofre uma redução de 101.041,00€ relativamente ao Orçamento de 2022, fixando-se nos 885.001,00€.-----

-----Este Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2023 evidencia que a reabilitação e requalificação do Cineteatro Alves Coelho é um projecto cinedia com um investimento ínfimo de 25 mil euros, e sem perspectiva de financiamento futuro.--

-----O apoio ao Associativismo continua a registar um valor exíguo de 150 mil euros, face às dificuldades e necessidades que muitas organizações associativas demonstram na prossecução do importante trabalho que desempenham.-----

-----Manifesta-se o cepticismo relativamente ao início de algumas obras, como a substituição da ponte suspensa de Foz d'Égua, a intervenção de Requalificação da Lomba do Canho, o Mercado Municipal de Arganil, o Parque de Campismo do Sarzedo ou os investimentos nas Praias Fluviais de Foz d'Égua, Peneda da Talhada e Casal Novo, recordando todas as referências a estas obras, em Orçamentos anteriores, que até ao momento nunca foram concretizadas.-----

-----No que se refere ao combate às Alterações Climáticas, o Orçamento e as GOP para 2023 continua a não evidenciar qualquer estratégia municipal quanto a esta matéria. O Secretário-Geral da ONU, António Guterres, no balanço que realizou à COP 27, declarou que a humanidade tem uma escolha, cooperar ou perecer, sendo necessário estabelecer um pacto de solidariedade climática ou um pacto de suicídio colectivo. Recorda-se que o Governo de Portugal, em 2016, no âmbito do Acordo de Paris, assumiu o compromisso pioneiro de atingir a neutralidade carbónica até 2050, e mais recentemente, na COP 27, realizada em Sharm el-Sheikh, o Primeiro-Ministro antecipou essas metas para 2045. Apela-se portanto ao executivo do município de Arganil que replique este bom exemplo e aumente significativamente o investimento na adaptação às alterações climáticas e na sua mitigação.-----

-----Como comentário final, refere-se que o Orçamento Municipal e as GOP para o ano de 2023 à semelhança dos Orçamentos e GOP dos anos anteriores, evidencia uma ausência de estratégia em muitas áreas determinantes para o desenvolvimento do concelho de Arganil, ficando evidenciado que muitas das estratégias se esgotam quando termina o financiamento de determinados projectos."-----

-----**SÉTIMO:** Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redação, das **normas regulamentadoras de execução orçamental para o ano de 2023 – Regulamento de Execução Orçamental.**-----



Assembleia Municipal

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, aprovar as Normas Regulamentadoras de Execução Orçamental para o ano de 2023 – Regulamento de Execução Orçamental, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redação.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**OITAVO:** Apreciação e votação, nos termos do nº 4 do artigo 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de Junho, na actual redação, da proposta do **Mapa de Pessoal para o ano de 2023**.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2023, nos termos do nº 4 do artigo 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de Junho, na actual redação.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**NONO: Assunção de compromissos plurianuais – Autorização prévia da Assembleia Municipal no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso** - alínea c) do nº 1 do art. 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso). Apreciação e votação da proposta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, aprovar a proposta de autorização prévia de Assunção de Compromissos Plurianuais, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – alínea c), do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO: Para conhecimento** – Informação semestral sobre a situação económica e financeira, remetida pelo Revisor Oficial de Contas, nos termos do disposto na alínea d) do nº 2 do artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 03 de Setembro, na actual redação.-----



Assembleia Municipal

-----Presente a Informação semestral sobre a situação económica e financeira, remetida pelo Revisor Oficial de Contas (BDO), que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Informação semestral sobre a situação económica e financeira, remetida pelo Revisor Oficial de Contas (BDO), nos termos do disposto na alínea d) do nº 2 do artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 03 de Setembro, na actual redacção.-----

-----**DÉCIMO PRIMEIRO: Para conhecimento** – Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 01 de Agosto de 2022 e 15 de Novembro de 2022, no âmbito da Autorização Prévia genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redacção (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).-

-----Presente a informação técnica INF/DAGF/306/2022, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 01 de Agosto de 2022 e 15 de Novembro de 2022, no âmbito da Autorização Prévia Genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redacção - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.-

-----**DÉCIMO SEGUNDO: Para conhecimento** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da Situação Financeira do mesmo, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Presente o Relatório da Situação Financeira do Município, bem como o Relatório de Actividades, que se dão por reproduzidos, para todos os efeitos legais, e dos quais se anexam cópias à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório Financeiro correspondente ao período de 01/01/2022 a 15/11/2022 e do Relatório de Actividades, correspondente ao período de 01/08/2022 a 15/11/2022.-----

ENCERRAMENTO



Assembleia Municipal

-----Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, quando eram treze horas e trinta minutos e agradeceu a colaboração de todos os Deputados.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta que eu, Odete Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----

